

# NÓS X ELES



**PTSUL**  
Partido Trabalhista Sulista  
[www.ptsul.org.br](http://www.ptsul.org.br)

**NÓS ACREDITAMOS  
NO RIO GRANDE  
E NO BRASIL**



# Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

## NÓS X ELES

### Companheiras e companheiros

Neste subsídio sistematizamos dados para a comparação de projetos. Sugerimos que os textos, os debates, os discursos e os diálogos abordados tenham como base o **Golpe** e o **Papel do Estado**.

### O GOLPE E SEUS DRAMÁTICOS RESULTADOS

Passados pouco mais de seis anos do **Golpe** e com as eleições de **Bolsonaro, Sartori e Leite**, os resultados são dramáticos:

- 1) **Desmonte do Estado e entrega de Funções Públicas de Estado ao mercado:** nosso **petróleo entregue a empresas transnacionais** por meio de leilões do pré-sal; **aprovação da Medida Provisória 795/2017 (a MP do trilhão)**, que concedeu **benefícios fiscais, até 2040, a empresas petrolíferas** e acabou com a política de conteúdo nacional; intenso processo de **abertura de capitais e venda de ações das empresas estatais**; Mudança da política do **BNDES**, que **deixa de ser um banco de fomento**.
- 2) **Desmonte da Política Industrial e da Política Agrária e Agrícola** (extinção do MDA e ascensão dos ruralistas e suas pautas).
- 3) **Ataque à democracia, a direitos e políticas públicas e à própria Constituição**, como: o “teto de gastos” (EC 95/2016); o Regime de Recuperação Fiscal; a Reforma da Previdência; a Reforma Trabalhista; o aumento do desemprego e da precarização do trabalho; o ataque à Educação; a retomada de um modelo baseado na ampliação das desigualdades... Como síntese, o Brasil volta Mapa da Fome.

### O PAPEL DO ESTADO

- 1) Com o fim dos chamados Estados Nacionais, o endividamento público e os déficits recorrentes, **duas visões de desenvolvimento** procuram dar respostas à crise. Estas visões são opostas em especial sobre qual o papel que o Estado deve cumprir: **Nós** concebemos o **Estado**, o Poder Público, **como indutor do desenvolvimento** e um instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais; **Eles (Temer, Bolsonaro, Sartori, Leite e seus aliados)** entendem o **Estado como um empecilho ao desenvolvimento**.
- 2) Com a **nossa compreensão de desenvolvimento e de papel do Estado**, o **Brasil e o Rio Grande crescem mais**: nos governos **Lula e Dilma**, de 2003 a 2014, o **PIB cresceu 50,7%** (crescimento médio de 3,5% ao ano); nos Governos **FHC** (1995 a 2002), o **PIB cresceu 21,1%** (média de 2,4% ao ano); com o golpe, e os governos **Temer e Bolsonaro**, o Brasil encolhe e o **PIB cai 2,1%** de 2015 a 2021 (queda média de 0,3% ao ano). **No Rio Grande do Sul**, nos governos **Olívio e Tarso**, o **PIB cresceu acima do nacional** (Olívio 9,8% RS x 9,6% BR; Tarso Genro 10,8% RS x 9,7% BR). Por outro lado, no **governo Sartori** **caiu 3,8%** e no governo **Leite** o PIB não cresceu (**0%** até o 1º trimestre/2022).
- 3) **Para os neoliberais, o Estado é visto como um empecilho, um entrave, algo que atrapalha o desenvolvimento**. É a concepção que orientou os **governos Collor, FHC, Britto, Yeda e Sartori** e que hoje orienta **Bolsonaro e Leite**. Esta visão sucumbe ao ideário do Consenso de Washington, com alinhamento incondicional ao domínio das finanças, liquidação da base produtiva “local”, criminalização do público e propagação do mercado como “salvador da Pátria”, extinção de direitos e controle cada vez mais direto do capital sobre a política.
- 4) **Para os neoliberais, o social é um problema e o funcionalismo público o gerador de déficit**. As políticas de ajuste estão focadas na entrega de patrimônio e de funções públicas ao mercado e redução dos chamados gastos sociais e despesas com o funcionalismo.



# Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

## A ORGANIZAÇÃO DA CARTILHA

A cartilha está organizada em **quatro grandes eixos**:

- 1) Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia;
- 2) Infraestrutura;
- 3) Desenvolvimento Social;
- 4) Gestão Pública, Finanças e Funcionalismo.

Em cada um dos eixos são abordadas algumas **áreas ou temas**, estabelecendo um **comparativo NÓS** (governos do PT - Lula, Dilma, Olívio e Tarso) **X ELES** (Fernando Henrique Cardoso - FHC, Temer, Bolsonaro, Britto, Rigotto, Yeda, Sartori e Leite).

Em termos de **execução orçamentária**, em caso de comparativo, toma-se como base a **média anual** dos quatro anos do governo Tarso Genro com a média anual dos quatro anos do governo Sartori e com a média anual de três anos do governo Leite, em valores liquidados e corrigidos pelo IPCA de dez./2021.

### EIXO 1

#### DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESTRATÉGIA	
NÓS	ELES
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Entendemos que o <b>Estado</b> tem um papel fundamental na sociedade, como <b>promotor do desenvolvimento</b>, do bem-estar e da implementação de uma cultura de paz, impossível de se alcançar sem inclusão social e acolhimento.</li><li>➤ Para nós, os <b>bancos públicos</b> e as <b>empresas</b> na área de energia, saneamento e infraestrutura <b>potencializam a capacidade de o Estado alavancar políticas de desenvolvimento</b>. Essas empresas são um ativo público que não deve ser simplesmente desconstituído.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O exclusivo e único enfoque dos <b>governos neoliberais</b> é o <b>corte de gastos e as privatizações</b>.</li><li>➤ <b>Sartori e Leite retomaram o projeto fracassado de Britto e Yeda</b>. O resultado é conhecido, com a economia gaúcha estagnada e os serviços públicos precarizados, especialmente na saúde, educação e segurança.</li><li>➤ As <b>privatizações</b> já mostraram que, além de não resolver os desajustes das finanças públicas, não melhoram os serviços prestados.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No governo <b>Olívio Dutra</b> implantamos um <b>pioneiro programa de desenvolvimento regional</b>, incentivando as potencialidades da diversificada economia gaúcha, com foco na geração de empregos.</li><li>➤ No <b>governo Olívio</b>, apresentamos a <b>Nova Matriz Tributária</b>, que aumentava alíquotas de ICMS para aqueles com mais capacidade contributiva, reduzia as alíquotas de produtos de consumo popular e criava fundos de desenvolvimento setorial (micro e pequenas empresas, cooperativas, setores intensivos em mão-de-obra).</li><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b> retomamos a política de desenvolvimento, com a <b>criação da Política Industrial</b>, que alinhava setores tradicionais da economia do RS às novas oportunidades apresentadas por setores inovadores. Essa política foi premiada internacionalmente como</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>corte de gastos e o abandono da economia</b> resulta em baixo crescimento, desemprego, queda na renda e consequentemente na arrecadação, o que leva a mais cortes de gastos. Esse é um ciclo vicioso da austeridade fiscal dos anos 90, que volta a ser aplicada no Brasil e no RS no pior momento possível.</li><li>➤ Esse <b>abandono do fomento à economia</b> do nosso estado <b>reflete-se no comportamento das finanças públicas</b>, pois seu desempenho depende fundamentalmente do crescimento econômico.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>uma das melhores iniciativas mundiais em desenvolvimento regional.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso implantamos um Plano Safra Estadual</b>, que articulava incentivos a um conjunto enorme de programas voltados à Agropecuária e Desenvolvimento Rural.</li><li>➤ No <b>governo Tarso implantamos o Microcrédito</b>, que alcançou <b>60 mil empreendedores em 433 municípios</b> e, juntamente com o Programa de Economia Solidária, ampliou as oportunidades de geração de trabalho e renda.</li></ul>	
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos governos <b>Lula e Dilma</b>, de 2003 a 2014, o <b>PIB cresceu 50,7%</b> (crescimento médio de 3,5% ao ano).</li><li>➤ Nos <b>governos de Lula e Dilma</b>, o <b>Brasil</b> foi um dos países que melhor <b>enfrentou a crise internacional</b> iniciada em 2008. De 2008 a 2013 a economia brasileira cresceu 19,9%, enquanto a dos países da zona do Euro caiu 1,7%.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos Governos <b>FHC</b> (1995 a 2002), o <b>PIB cresceu 21,1%</b> (média de 2,4% ao ano).</li><li>➤ <b>Desde o Golpe</b> o Brasil encolhe e o <b>PIB cai 2,1%</b> de 2015 a 2021 (queda média de 0,3% ao ano).</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Olívio Dutra e Tarso Genro</b> o <b>PIB do RS cresceu acima do Nacional</b>: Olívio 9,8% RS x 9,6% BR; Tarso Genro 10,8% RS x 9,7% BR.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Antônio Britto, Germano Rigotto, Yeda, Sartori e Leite</b> o <b>PIB do RS teve desempenho inferior ao Nacional</b>: Britto - 0,5% RS x 10,5% BR; Rigotto 6,6% RS x 14,8% BR; Yeda 16,1% RS x 19,7% BR; Sartori queda 3,8% RS x queda de 3,4% BR.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b>, até 1º trimestre/22, o <b>PIB do RS não cresceu = 0% RS x 2,8% BR</b>. Para 2022 a Farsul estima que o PIB do RS cairá 8%.</li></ul>
<b>RESERVAS INTERNACIONAIS</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b> as <b>Reservas Internacionais Líquidas</b> passaram de <b>US\$ 16,3 bilhões em 2002</b> para <b>US\$ 374,1 bilhões em 2014</b>, dando proteção à economia brasileira.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Temer e Bolsonaro</b>, as <b>Reservas Internacionais Líquidas</b>, acumuladas nos governos Lula e Dilma, <b>evitaram uma disparada ainda maior do dólar</b>, numa economia paralisada.</li></ul>
<b>INDÚSTRIA</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b>, implantamos uma <b>Política de Desenvolvimento Industrial</b>, premiada internacionalmente, que teve como principais instrumentos: Novo Fundopem; Sala do Investidor; linhas de crédito disponíveis pelo Sistema Financeiro do Estado – Banrisul, BRDE e Badesul; Pró-Inovação; Incentivos setoriais, como o coureiro-calçadista, indústria oceânica,</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Políticas voltadas apenas aos grandes</b>, com concentração de investimento e sem geração de novos empregos.</li><li>➤ No <b>governo Sartori</b>, os <b>órgãos</b> vinculados ao desenvolvimento foram <b>enfraquecidos ou extintos</b>, como a AGDI e a FEE. O <b>governo Leite</b> não recompôs esses órgãos.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>metalmecânica, suínos, vitivinicultura, eólica, pequenas centrais hidrelétricas; Política de Comércio Exterior.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> resgatamos e ampliamos <b>políticas de fomento</b>, com destaque aos Arranjos Produtivos Locais - APL's, cooperativas, políticas setoriais agrícolas e à política estadual de irrigação.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos a <b>Sala do Investidor</b>, que acompanhou <b>420 projetos</b>, totalizando <b>R\$ 44,6 bilhões de investimentos</b> (entre ativos e concluídos), com projeção de mais de 59 mil empregos diretos.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos o <b>Programa RS Tecnópole</b>, que fomentou a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, através dos Parques e Polos Tecnológicos e dos editais da Fapergs.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos o <b>Programa Fornecer</b>, que beneficiou as micro e pequenas empresas nas <b>compras públicas</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Sartori e Leite</b>, os <b>Programas</b> de fomento foram <b>desativados</b> ou <b>enfraquecidos</b>, como o Extensão Empresarial e o Arranjos Produtivos Locais.</li><li>➤ O <b>Polo Naval</b> foi <b>desmantelado</b> e os <b>governos Sartori e Leite nada fizeram</b> para reverter este processo.</li></ul>
<b>EMPREGO/DESEMPREGO</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>Brasil, com Lula e Dilma</b>, <b>reduzimos a taxa de desemprego</b> de 13% em 2003 para 4,3% em 2014.</li><li>➤ No <b>RS</b>, a <b>taxa de desemprego</b> ficou em <b>4,6%</b> no último trimestre de <b>2014</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>Brasil de Bolsonaro</b>, o <b>desemprego</b> volta aos patamares do governo FHC, atingindo <b>10,5%</b> em abril/2022. São <b>11,3 milhões</b> desempregados.</li><li>➤ No <b>RS</b>, o <b>desemprego</b> atingiu <b>7,5%</b> em março/2022. São <b>463 mil</b> desempregados no estado.</li></ul>
<b>SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Olívio</b>, criamos o <b>Salário Mínimo Regional</b>.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, o Salário Mínimo Regional foi resgatado e obteve <b>valorização real</b> de <b>28,30%</b> no período 2011 a 2015, melhorando as condições salariais de 1,1 milhão de trabalhadores, ampliando o poder aquisitivo e fortalecendo o mercado local.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Sartori</b>, pela primeira vez, o <b>Salário Mínimo Regional</b> cresceu <b>menos do que a inflação</b>. Entre 2016 e 2018 o seu valor real caiu 0,6%.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b>, em <b>2020</b>, pela primeira vez, o piso regional <b>não foi reajustado</b>. Em <b>2021</b> o reajuste foi de <b>apenas 5,53%</b>, a partir 1º de outubro. Em <b>2022 nenhuma</b> proposta foi apresentada. Caso não haja reajuste neste ano, significará uma <b>perda de 14%</b> no valor real do Piso no governo Leite.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<b>DESIGUALDADES REGIONAIS</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Nossos governos</b> atuam na perspectiva de <b>redução das desigualdades regionais</b>, com políticas indutoras do desenvolvimento.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos neoliberais</b>, com suas políticas, provocam <b>aumento das desigualdades regionais</b>, favorecendo os grandes empreendimentos nos grandes centros.</li></ul>
<b>AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos Lula e Dilma</b> tiveram a <b>participação, pluralidade, respeito e diálogo como marca</b>. Todos os segmentos foram ouvidos.</li><li>➤ As <b>Organizações e Movimentos Sociais Populares</b> do campo tiveram <b>acesso ao Governo</b> para apresentar suas posições e demandas.</li><li>➤ A <b>produção agrícola de grãos cresceu</b>, de <b>96,8 milhões de toneladas em 2002</b> para <b>209,5 milhões de toneladas em 2015</b>. No mesmo período, o desmatamento na Amazônia caiu.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Bolsonaro</b> somente as entidades empresariais do <b>agronegócio exportador</b> e a bancada ruralista <b>têm acesso</b> e influenciam na gestão do governo.</li><li>➤ As <b>Organizações e Movimentos Sociais Populares</b> do campo <b>sem acesso ao Governo</b>. Muitos conselhos, que proporcionavam a participação, foram extintos.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma fortalecemos</b> o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, como espaço institucional de implementação de políticas para a Agricultura Familiar.</li><li>➤ No <b>governo Lula</b> criamos a <b>Lei da Agricultura Familiar</b> (Lei 11.326/2006), um marco de reconhecimento da categoria e base para a instituição de políticas públicas diferenciadas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Bolsonaro acabou</b> com o MDA e com o protagonismo da Agricultura Familiar, com uma visão ideológica na qual os grandes produtores e pequenos devem ter o mesmo tratamento, <b>desconsiderando a especificidade da Agricultura Familiar</b> e públicos especiais.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos Lula e Dilma fortaleceram e qualificaram</b> o Plano Safra. Os recursos passaram de <b>R\$ 14,7 bilhões</b> em 2001/02 para <b>R\$ 156,1 bilhões</b> em 2014/2015 (em valores da época).</li><li>➤ No <b>governo Lula</b>, em 2003, criamos o <b>Plano Safra da Agricultura Familiar</b>, de forma a organizar as políticas específicas para esse público.</li><li>➤ Os <b>recursos do Pronaf</b> - Programa Nacional da Agricultura Familiar passaram de <b>R\$ 2,4 bilhões</b> em 2002/2003 para <b>R\$ 28,9 bilhões</b> na Safra 2015/2016 (em valores da época).</li><li>➤ No <b>governo Lula</b>, em 2008, criamos o <b>Programa Mais Alimentos</b>, com objetivo de reforçar a produção de alimentos e a produtividade da agricultura familiar.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Bolsonaro acabou</b> com o <b>Plano Safra da Agricultura Familiar</b>.</li><li>➤ Na <b>Safra 2021/2022 faltou recursos</b> para executar o Plano.</li><li>➤ O <b>Plano Safra 2022/23: Anunciado tardiamente</b>, dificultando para os produtores que precisam se organizar e tomar decisões. O <b>montante</b>, embora superior ao de 2021/22, <b>não cobre o aumento dos custos de produção</b> (fertilizantes, combustível, energia elétrica, equipamentos, máquinas e o próprio valor da terra). Os <b>juros subiram</b>, tornando o crédito mais caro. <b>Não contempla</b> política de <b>estoques e abastecimento</b> para enfrentar as crises e proporcionar segurança alimentar.</li><li>➤ O <b>crédito ficou mais caro</b> e o <b>custo de produção está mais alto</b>, criando dificuldades aos produtores.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>teto de gastos</b>, aprovado pelo Governo, <b>dificulta a destinação de recursos</b> para equalizar juros e operacionalizar programas.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Lula</b> criamos o <b>PAA</b> - Programa de Aquisição de Alimentos (Art. 19 da Lei 10.696/2003 e Decreto 7.775/2012), como parte da estratégia de combate à fome e de fortalecimento da agricultura familiar: No período <b>2011-2019</b>, o programa adquiriu <b>2,3 bilhões de quilos</b> de produtos, aproximadamente <b>R\$ 5,5 bilhões</b> em compras. No período foram <b>1.211</b> diferentes <b>itens adquiridos</b> dos agricultores e suas organizações, de forma local e regional. Em <b>2012</b> as compras foram de <b>R\$ 850 milhões</b> e em <b>2014</b> R\$ 430 milhões (valores pagos).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Temer e Bolsonaro</b>, o <b>PAA é desestruturado</b>, com cortes no orçamento, prejudicando agricultores e a população mais pobre que era atendida pelo Programa: As <b>aquisições</b> sofreram uma <b>redução de 82,8%</b>, passando de 492,1 milhões de quilos em 2011 para 84,8 milhões de quilos em 2019. Em <b>2018</b> foram <b>aplicados apenas R\$ 118,3 milhões</b>, em <b>2019 R\$ 97,7 milhões</b> e em <b>2021 R\$ 58,9 milhões</b> (valores pagos).</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Olívio e Tarso</b> dedicamos <b>atenção especial</b> à <b>Agricultura Familiar, Assentados da Reforma Agrária, Pecuáristas Familiares, Pescadores, Quilombolas, Indígenas, Agroindústrias Familiares e Cooperativas</b>, colocando-os no centro do projeto de desenvolvimento.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> governaram com <b>total descaso</b> com a <b>Agricultura Familiar, Assentados da Reforma Agrária, Pescadores, Quilombolas e Indígenas</b>: sem políticas públicas para os que mais precisam; esvaziamento das políticas públicas; sem projeto de desenvolvimento rural.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Em nossos governos as <b>estruturas de Estado</b> são organizadas como <b>instrumentos de desenvolvimento</b>, o que justificou a criação da <b>SDR</b> - Secretaria de Desenvolvimento Rural e o fortalecimento da SEAPA, Fepagro, Irga, Ceasa e Emater.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori enfraqueceu a SDR</b> e a <b>Emater, extinguiu a Fepagro</b> e aprovou a terceirização de serviços de inspeção de produtos de origem animal.</li><li>➤ O <b>governo Leite extinguiu a SDR</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> aplicamos <b>R\$ 871,7 milhões/ano</b> na <b>Agropecuária e Desenvolvimento Rural</b> (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021), 23,5% mais que Rigotto, 63,7% mais que Yeda 28,8% mais que Sartori e <b>59,3% mais que Leite</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori</b> aplicou <b>R\$ 676,8 milhões/ano</b> na Agropecuária e Desenvolvimento Rural, mesmo utilizando muito recurso captado no governo Tarso (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> aplicou <b>apenas R\$ 547,3 milhões/ano</b> (2019 a 2021) na Agropecuária e Desenvolvimento Rural (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> aplicamos <b>R\$ 75,8 milhões/ano</b> via <b>Feaper</b>, em financiamentos subsidiados para a Agricultura Familiar, Pecuáristas Familiares, Pescadores, Quilombolas, Indígenas, Agroindústrias Familiares e Cooperativas (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori</b> aplicou <b>R\$ 38,8 milhões/ano</b> via <b>Feaper</b>, mesmo utilizando muito recurso captado no governo Tarso (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> aplicou apenas <b>R\$ 24,0 milhões/ano</b> via <b>Feaper</b> (2019 a 2021), uma redução de 68,3% em relação ao governo Tarso.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> aplicamos <b>R\$ 39,7 milhões/ano</b> via <b>Funterra</b>, Fundo que atende Assentados da Reforma Agrária (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori</b> aplicou <b>R\$ 7,7 milhões/ano</b> via <b>Funterra</b>, mesmo utilizando muito recurso captado no governo Tarso (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> aplicou <b>miseráveis R\$ 2,0 milhões/ano</b> via <b>Funterra</b> (2019 a 2021), mesmo utilizando recurso captado no governo</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>Tarso, uma redução de 94,9% em relação ao governo Tarso (valores atualizados pelo IPCA de 12/2021).</p>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso implementamos o Plano Safra Gaúcho</b>, complementar ao Plano Safra Nacional da Agricultura Familiar e que articulava as políticas voltadas ao desenvolvimento rural e à redução das desigualdades.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Sartori o Plano Safra foi descaracterizado</b>, pois deixou de contar com recursos do Tesouro do Estado e de cumprir o papel de articular políticas públicas, limitando-se a linhas de crédito bancário disponíveis no mercado.</li><li>➤ O <b>governo Leite não implementou o Plano Safra</b>. Além da redução orçamento não teve capacidade de captar recursos para aplicar no setor agropecuário.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Olívio e Tarso fortalecemos e recuperamos a Emater, qualificando a assistência técnica</b> e a extensão rural.</li><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b> o valor do convênio do Estado com a Emater foi aumentado em 101,5%, o quadro de pessoal foi ampliado em 787 trabalhadores (de 1.742 para 2.529) e foram adquiridos 958 veículos e 3.912 equipamentos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ A <b>marca dos governos neoliberais é o enfraquecimento da Emater</b>, com demissões, redução de profissionais e precarização da estrutura.</li><li>➤ O <b>governo Yeda sucateou a Emater</b>, com a demissão de 400 trabalhadores, sem pagamento de verbas rescisórias.</li><li>➤ O <b>governo Sartori</b> retomou o processo de redução de pessoal e <b>precarização</b> de serviços, reduzindo os recursos.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> manteve a política de Sartori. A <b>Emater</b> conta hoje com apenas 1.760 trabalhadores (<b>redução de 769 trabalhadores</b> em relação ao governo Tarso).</li><li>➤ O <b>último concurso</b> foi no <b>governo Tarso</b> e os últimos profissionais ingressaram em 2014.</li><li>➤ Nos <b>últimos 7 anos</b> foram <b>adquiridos apenas 120 veículos</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b> criamos <b>políticas de apoio ao Cooperativismo</b>, com acesso ao crédito, apoio à gestão, comercialização e incentivos fiscais e tributários.</li><li>➤ Na área de <b>incentivos fiscais</b>, as <b>cooperativas foram incorporadas ao Simples Gaúcho</b> (que até então só beneficiava as micro e pequenas empresas) e tiveram <b>acesso aos benefícios do Fundopem RS</b>, com R\$ 305 milhões em projetos aprovados.</li><li>➤ A <b>SDR</b>, criada no governo Tarso, foi um importante <b>instrumento de apoio ao cooperativismo</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos Sartori e Leite não tiveram iniciativas</b> para apoiar o cooperativismo.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b> as cooperativas sequer são chamadas para dialogar.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos o <b>Mais Água Mais Renda</b> e o <b>Irrigando a Agricultura Familiar</b>, com o objetivo de aumentar a área irrigada no estado, reduzir a vulnerabilidade da economia frente às estiagens e ampliar a produtividade.</li><li>➤ O Programa <b>Mais Água Mais Renda</b>, instituído pela Lei 14.244/2013, estabeleceu subvenções de</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori extinguiu</b> o Programa <b>Irrigando a Agricultura Familiar</b> e o <b>Mais Água Mais Renda</b>.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b>, somente no <b>último ano</b> de governo <b>criou programa Avançar na Agropecuária e no Desenvolvimento Rural</b>,</li></ul>





## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>100% para o público do Pronaf, 75% do Pronamp e 50% para os demais, na primeira e na última parcelas.</p> <p>A <b>área irrigada dobrou</b>: a área irrigada com culturas de sequeiro, estimada em <b>100 mil hectares</b> em 2012 (início do programa), passou para <b>220 mil hectares</b> em 2021.</p> <p>Com o <b>Mais Água Mais Renda</b> foram <b>3.851 projetos com 93.573 hectares de área irrigada e 2.753 reservatórios</b>.</p> <p>➤ Através do <b>Programa Irrigando a Agricultura Familiar</b>, foram elaborados 3.770 projetos de armazenamento e/ou irrigação, <b>conveniados, executados diretamente ou contratados via Feaper 3.099 projetos</b> de armazenamento de água e/ou irrigação (até 31/10/14). Em valores da época, foram aplicados R\$ 86,0 milhões no Irrigando a Agricultura Familiar e na Infraestrutura Rural.</p>	<p>com anúncio de R\$ 201,4 milhões para irrigação.</p>
<p>➤ No <b>governo Tarso</b> desenvolvemos várias <b>ações emergenciais</b>, em apoio aos atingidos por <b>estiagens</b>:</p> <p><b>Anistia</b> às dívidas junto ao <b>Feaper, Funterra</b> e RS Rural (beneficiando 45 mil famílias).</p> <p>Disponibilização do <b>Cartão Emergência Rural</b> a 108 mil famílias.</p> <p><b>Aplicados R\$ 206,0 milhões</b> em Ações Emergenciais, Anistias e Troca-Troca de Sementes (em valores da época).</p> <p>➤ A <b>Bancada do PT</b> na Assembleia Legislativa, tendo em vista a <b>inação do governo Leite</b> em relação à Covid-19 e as estiagens, apresentou o <b>PL 115/2021</b>, propondo um <b>Crédito Emergencial a Agricultores Familiares</b> atingidos pela Covid-19 e pelas estiagens.</p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite ignoraram as estiagens</b> e não criaram políticas de apoio aos agricultores.</p> <p>➤ O <b>governo Leite</b>, depois de duas estiagens, somente maio de 2022, anunciou R\$ 24 milhões para um <b>Auxílio Emergencial</b> (com a <b>promessa de ser viabilizado somente no último trimestre</b>) e <b>nenhum recurso para Crédito Emergencial</b> aos Agricultores atingidos.</p>
<p>➤ No <b>governo Tarso</b>, a <b>cadeia produtiva do leite e pecuária familiar teve importante apoio</b>, através dos Programas Leite Gaúcho e Pecuária Familiar, Prodeleite, Instituto Gaúcho do Leite (IGL) e Fundoleite.</p> <p>Somente através do <b>Programa Leite Gaúcho e Pecuária Familiar</b> foram aplicados <b>R\$ 45,8 milhões</b> (em valores da época).</p>	<p>➤ Segundo relatórios da Emater a <b>cadeia leiteira perdeu</b>, de 2015 a 2021, <b>44 mil produtores</b> que entregavam a produção para a indústria (52,3%).</p> <p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite não tiveram iniciativas capazes de apoiar o setor</b>, quando o fizeram foi por pressão, como no caso das importações de leite que prejudicaram o setor. Passada a pressão, os decretos estaduais foram revogados.</p> <p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite desestruturaram a política estadual do leite</b> (Prodeleite, IGL e Fundoleite), construída no governo Tarso, e reduziram os recursos do Programa Leite Gaúcho e Pecuária Familiar.</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>➤ No <b>governo Tarso</b> retomamos o Programa de <b>Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho</b>, criado no <b>governo Olívio Dutra</b>.</p> <p>No <b>governo Tarso</b>, através do <b>Programa de Agroindústria Familiar</b>, <b>apoiamos 2.222 agroindústrias familiares</b> com financiamentos subsidiados e serviços de apoio à implantação, melhoria e regularização.</p> <p>No período (2011-2014) <b>aplicamos R\$ 20,6 milhões</b> no Programa de Agroindústria Familiar.</p>	<p>➤ No <b>governo Sartori</b> houve <b>redução</b> de recursos ao Programa <b>Agroindústria Familiar</b>.</p> <p>O <b>governo Leite demonstrou total descaso e falta de compromisso com a Agroindústria Familiar</b>. Por exemplo, no orçamento para 2022 constavam míseros R\$ 3 mil para Apoio à Agroindústria Familiar.</p> <p>A <b>promessa do Programa Avançar</b> é de aplicar R\$ 5 milhões para agroindústria familiar, com uma meta de 500 projetos.</p>
<b>MEIO AMBIENTE</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<p>➤ No <b>governo Olívio</b>, em 1999, <b>criamos a SEMA</b> - Secretaria Estadual de Meio Ambiente.</p> <p>➤ Nos <b>governos de Olívio e Tarso respeitamos a legislação ambiental</b>. A SEMA teve autonomia em relação às demais pastas do governo, podendo realizar seu trabalho de acordo com a legislação.</p> <p>➤ No <b>governo Olívio</b> realizamos a <b>Conferência Estadual de Meio Ambiente</b>, com pré-conferências nas regiões do Orçamento Participativo e ampla participação da sociedade.</p>	<p>➤ O <b>governo Leite fundiu</b> as Secretarias <b>do Meio Ambiente</b> com a de <b>Infraestrutura</b>, com riscos à sociedade:</p> <p>Retira a condição de órgão autônomo integrante de um sistema nacional que deve fazer cumprir a legislação e a política nacional de meio ambiente.</p> <p>Subordina a gestão ambiental a demandas da Infraestrutura. Por exemplo, a mesma Secretaria que incentiva a mineração e outras atividades que causam impactos também cuida da gestão ambiental, num nítido conflito de interesses (“É a raposa cuidando do galinheiro”).</p>
<p>➤ <b>Nossos Governos fortaleceram as Fundações:</b></p> <p>No <b>governo Tarso Genro fortalecemos a FZB - Fundação Zoobotânica</b>, com: ampliação dos recursos; realização de concurso público e nomeação de servidores; aprovação do Plano de Empregos, Funções e Salários; estímulo à produção técnica e científica e à qualificação dos serviços públicos.</p> <p>Fizemos investimentos na qualificação do <b>Parque Zoológico</b> e do <b>Jardim Botânico</b>, mantendo-os públicos e de fácil acesso à população.</p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite extinguiram 10 Fundações</b>, entre elas a <b>FZB - Fundação Zoobotânica</b>, fragilizando a gestão ambiental e as ações de conservação e preservação da biodiversidade no estado:</p> <p>O <b>Parque Zoológico</b>, espaço de lazer, educação ambiental e de biodiversidade, está em <b>processo de concessão</b> para a <b>iniciativa privada</b>, o que tende a retirar seu caráter popular de acesso.</p> <p>O <b>Jardim Botânico</b>, espaço de conhecimento, conservação da biodiversidade, educação ambiental e lazer, está em <b>processo de concessão à iniciativa privada</b>, o que pode levar à descaracterização e retirar seu caráter popular de acesso.</p>
<p>➤ No <b>governo Tarso Genro</b> a <b>Fepam</b> passou por <b>transformações</b> importantes na sua gestão, dando <b>mais eficiência</b> e transparência, sem flexibilizar a proteção ambiental:</p> <p><b>Investimos em estrutura</b>, proporcionando melhores condições de trabalho, aquisição de veículos e equipamentos, estruturação de gerências regionais no interior.</p>	<p>➤ No <b>governo Sartori</b> a <b>Fepam</b> passou a estar <b>subordinada</b> apenas à <b>visão política do governo</b>, com uma mesma pessoa acumulando os cargos de Secretária de Meio Ambiente e de Presidente da Fepam. O Ministério Público Estadual e o Ministério Público de Contas expediram recomendação ao governo para que</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p><b>Contratamos servidores</b> e lançamos o edital para realização de concurso público.</p> <p>Damos <b>maior agilidade</b> nos <b>procedimentos</b> de licenciamento ambiental, buscando superar passivos de processos de empreendimentos industriais de pequeno e médio porte, com procedimentos padronizados da relação entre o órgão ambiental e empreendedores com processos tramitando: Implantação do Portal do Licenciamento para acesso e orientação para empreendedores; renovação de licença on line para quem não tinha multa ou passivo no MP; novos procedimentos para renovação de Licenças de Operação.</p> <p>Estabelecemos <b>novos procedimentos</b> para viabilizar <b>pequenos empreendimentos</b>, como o licenciamento do Programa Irrigando a Agricultura Familiar e do Programa de Agroindústria Familiar, mas compatibilizando celeridade dos procedimentos com preservação ambiental.</p>	<p>a Secretária optasse por um dos cargos, mas o governo a manteve confrontando os órgãos.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Muitas <b>ações</b> efetivadas nos <b>governos Sartori e Leite</b> tiveram <b>início no governo Tarso</b>, caso dos investimentos em tecnologia para agilizar o licenciamento ambiental.</li><li>➤ Nos <b>governos Sartori e Leite</b> criou-se um <b>ambiente de instabilidade</b>, de desestruturação do sistema de gestão ambiental, marcada pela ausência de política efetiva e sem valorização do servidor público.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Olívio</b> sancionou a <b>Lei 11.520/2000</b>, que instituiu o <b>Código Estadual do Meio Ambiente</b>, reconhecendo a intensa participação na construção e a aprovação, de forma unânime no Parlamento gaúcho.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Leite</b> revogou o <b>Código Estadual de Meio Ambiente</b> vigente e <b>parte do Código Florestal Estadual</b>, através do PL 431/2019 (Lei 15.434/2020):  O <b>PL</b> foi <b>protocolado</b> em <b>regime de urgência</b>, sem debate público e sem participação da sociedade. Tendo em vista a pressão social e ação da oposição, o PL tramitou por mais de 30 dias.  A <b>nova lei</b> trouxe <b>retrocessos</b> em muitos aspectos, flexibilizou dispositivos e fragilizou a proteção ambiental.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Olívio e Tarso</b> investimos na <b>diversificação</b> e produção de <b>alimento saudável</b>.  No <b>governo Olívio</b> foi criado o <b>Programa Rio Grande Ecológico</b>, que contava com crédito a juro zero, assistência técnica e tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de ações para apoiar sistemas produtivos ecológicos e diversificados nas áreas da produção, agroindustrialização e comercialização de alimentos, visando à proteção do meio ambiente, o bem-estar das famílias produtoras e a produção de alimentos saudáveis.  O <b>governo Tarso</b> criou o <b>Programa Estadual de Base Ecológica</b> (Decreto 51.617/2014), e sancionou a Lei 14.486/2014, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Leite</b> ficará marcado pela ausência de preocupação com a saúde humana, com o meio ambiente e com a qualidade e a segurança dos alimentos consumidos pela população e <b>mais agrotóxicos e poluição ambiental</b>:  O Governo encaminhou em <b>regime de urgência</b> o <b>PL 260/2020</b> (Lei 15.671/2020), que <b>alterou Lei Estadual 7.747/82</b>, que trata do <b>controle de agrotóxicos</b> e outros <b>biocidas</b> no RS.  A <b>aprovação do PL 260/2020</b> constituiu um <b>enorme retrocesso ambiental e de saúde pública</b>, pois retirou a exigência legal de somente admitir o uso no estado de agrotóxico que tenha autorização no país de origem.  A <b>Lei 7.747/82</b> marcou um <b>momento histórico do Parlamento gaúcho</b>, que aprovou uma lei de agrotóxicos antecipando-se à legislação federal</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>➤ <b>Nossos governos fortaleceram os instrumentos de gestão ambiental.</b> No <b>governo Tarso Genro</b> captamos recursos nacionais e internacionais para a construção de ferramentas de gestão ambiental, visando aperfeiçoar e cumprir a legislação:</p> <p><b>US\$ 8,7 milhões</b> para elaboração do <b>Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)</b>, deixando o Termo de Referência para licitação internacional.</p> <p><b>US\$ 2,5 milhões</b> para implantação do <b>Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Ambientais</b>, visando dotar o Estado do RS de um instrumento de gestão para prevenção aos desastres naturais causados por questões climáticas, assim preservando vidas e evitando perdas econômicas.</p> <p><b>US\$ 8,9 milhões</b> para construção do <b>Sistema de Regularização Ambiental (SIRAM)</b>, objetivando qualificar a gestão ambiental, conferindo eficiência, otimizando tempo e recursos, proporcionando agilidade e transparência, integrando os dados ambientais, possibilitando a fiscalização, o monitoramento e o aperfeiçoamento nos processos ambientais. O instrumento eletrônico permite hoje que os processos sejam digitais e os empreendedores acompanhem.</p> <p>➤ O <b>governo Tarso</b> contratou empresa para elaborar o <b>Plano Estadual dos Resíduos Sólidos (PERS)</b>, com captação de recursos junto ao governo federal da ordem de R\$ 1,7 milhão (valores de 2014), com contrapartida do Estado de R\$ 440 mil.</p> <p>➤ No <b>governo Tarso</b> implantamos a <b>Sala de Situação</b>, com diversas estações de monitoramento em todo o estado, em conexão com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil (INMET).</p>	<p>e que, quando comparada à federal, protegia melhor a saúde das pessoas e o meio ambiente.</p> <p>➤ Tendo em vista os <b>recursos captados no governo Tarso</b>, o <b>governo Sartori</b> iniciou a construção do <b>Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)</b> e o <b>governo Leite</b> concluiu o estudo. No entanto, o <b>PL 236/2021</b>, que dispõe sobre o ZEE está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e não conta com disposição da base do governo para tramitação.</p> <p>➤ Com os <b>recursos captados no governo Tarso</b>, o governo Sartori implantou o <b>Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL)</b>, dando mais agilidade e transparência nos processos de licenciamento.</p> <p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> não fizeram <b>nenhum esforço para captar novos recursos</b> e destinar recursos do orçamento do tesouro para projetos que qualifiquem a gestão ambiental.</p>
<p>➤ No <b>governo Tarso</b> captamos recursos a fundo perdido na ordem de <b>US\$ 5 milhões</b> para desenvolver o <b>Projeto RS Biodiversidade</b>, com contrapartidas do Estado de US\$ 2,6 milhões. O projeto tinha como objetivo incentivar o desenvolvimento regional por meio de práticas conservacionistas e manejos sustentáveis, valorização de espécies nativas do Bioma Pampa e realização de estudos sobre biodiversidade.</p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> se beneficiaram dos recursos captados pelo governo Tarso e executaram o projeto. Mas <b>não fizeram nenhum esforço para captar novos recursos</b> e destinar recursos do orçamento do tesouro estadual para projetos dessa natureza.</p>



# Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

## EIXO 2

### INFRAESTRUTURA

<b>MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b>, a <b>Trensurb</b> foi estendida até <b>Novo Hamburgo</b>, disponibilizando mais cinco estações e mais 900 mil embarques por mês.</li><li>➤ O <b>governo Dilma</b> e o <b>governo Tarso</b> projetaram o <b>PAC Mobilidade</b> para a Região Metropolitana de Porto Alegre, incluindo corredores ou faixas exclusivos de transporte coletivo para as principais cidades, com destaque para Alvorada, Cachoeirinha e Viamão.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Com o golpe e os <b>governos Temer e Sartori</b>, os <b>projetos de mobilidade urbana</b> foram <b>abandonados</b>.</li><li>➤ Com <b>Temer e Bolsonaro</b>, a <b>tarifa da Trensurb</b> foi <b>reajustada em 164,7%</b>, passando de R\$ 1,70 para R\$ 4,50.</li><li>➤ A <b>Metroplan</b>, com <b>extinção autorizada</b> desde o governo Sartori, funciona de forma precária.</li></ul>
<b>RODOVIAS</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b>, <b>duplicamos a BR 101</b> (Osório a Palhoça - SC) e <b>construímos a BR 448</b> - Rodovia do Parque (Porto Alegre-Sapucaia).</li><li>➤ Além disso, <b>estavam em obras</b> a duplicação da <b>BR 116</b> (Guaíba a Pelotas), com 73% de execução, a duplicação da <b>BR 290</b> (Eldorado, Pantano Grande e Caçapava do Sul), a duplicação da <b>BR 386</b> (Tabaí-Estrela), o <b>asfaltamento da BR 158</b> (Santa Maria a Rosário do Sul), a <b>travessia urbana de Santa Maria</b> e a nova <b>ponte do Guaíba</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo FHC</b> não foi executada <b>nenhuma obra de importância</b> para a infraestrutura do RS.</li><li>➤ Os <b>governos Temer e Bolsonaro entregaram à iniciativa privada</b>, por concessão de 30 anos, a <b>BR 386</b> e a <b>BR 101</b>. Também está em projeto a concessão da BR 290 (incluindo a nova ponte sobre o Guaíba) e a BR 116.</li><li>➤ Nos <b>governos FHC e Britto</b> foram <b>implantados os polos de pedágio</b> no RS, com tarifas exorbitantes e sem previsão de obras de duplicação.</li><li>➤ No <b>governo Sartori</b> a grande maioria dos <b>investimentos</b> em rodovias contaram com <b>recursos captados no governo Tarso</b>.</li><li>➤ No <b>governo Sartori</b> foi <b>aprovado o Plano de Concessão de Rodovias</b> para entregar as estradas gaúchas à iniciativa privada, retomando o plano de concessão, à semelhança do governo Britto.</li><li>➤ Nos <b>Governos Bolsonaro e Leite</b>, o <b>descaso com rodovias foi a tônica</b>. O <b>governo Bolsonaro</b> deu continuidade às obras da <b>BR 116</b>, em um <b>ritmo muito lento</b>, colocando recursos muito aquém do necessário (utilizando-se de emendas parlamentares) e repassou ao Exército a execução de um trecho. Com este ritmo de recursos as obras deverão se estender até bem mais de 2025.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>O <b>Ministro</b> do Transporte <b>anunciou</b> que para a <b>BR 290</b> não <b>haveria mais recursos</b> até a definição de concessão e as obras estão quase paralisadas desde 2018.</p> <p>O <b>governo Bolsonaro</b> concluiu a <b>concessão da BR 386</b>, por 30 anos, com a cobrança de pedágios.</p> <p>A <b>Segunda Ponte do Guaíba</b> foi <b>entregue inacabada</b>, sem as alças de acesso e indenizações às famílias que ocupam o local. A informações é de que só será concluída com a concessão à iniciativa privada.</p> <p>Nas <b>ferrovias</b>, o <b>governo Bolsonaro não renovou a concessão</b> com a ALL Rumo, que utiliza pouco mais de 700 km dos 3.200 de rede existentes.</p> <p>O <b>governo Leite</b>, nos primeiros 3 anos, <b>não apresentou solução para as estradas gaúchas</b>, a não ser encaminhar um projeto de <b>concessão</b>, por <b>30 anos</b>, de <b>1.150 km</b> com uma cancela a cada 50 km. Das concessões propostas, o <b>Bloco 3</b> já foi licitado: apenas um licitante; valor do pedágio muito acima do razoável para a manutenção e as obras propostas; sem a participação da comunidade no acompanhamento ao longo dos 30 anos.</p> <p>O <b>governo Leite não apresentou uma proposta</b> para manutenção, conservação e ampliação das <b>rodovias gaúchas fora das concessões</b>.</p> <p>➤ O RS mantém um <b>modal rodoviário</b> que <b>responde por mais de 85% do transporte</b>, o que encarece a nossa logística aumentando o valor do frete de nossas mercadorias.</p>
--	--

### ACESSOS MUNICIPAIS

<p>➤ O <b>governo Tarso</b> assumiu com 104 municípios sem acesso asfáltico. Captou recursos e <b>foi o que mais pavimentou acessos municipais:</b> <b>23</b> acessos municipais <b>concluídos;</b> <b>13</b> acessos municipais <b>com obras concluídas, mas sem sinalização;</b> <b>26</b> acessos municipais <b>em obras.</b></p> <p>➤ O <b>governo Tarso deixou R\$ 1,3 bilhão em recursos captados</b> (valores da época) junto ao BNDES, (Proredes e Proinvest) e BIRD para uso em manutenção, restauro, ampliação e duplicação de rodovias estaduais.</p>	<p>➤ No <b>governo Yeda</b>, apenas sete acessos municipais foram concluídos, deixando 104 municípios sem acesso asfáltico.</p> <p>➤ O <b>governo Sartori</b> recebeu do Governo Tarso <b>R\$ 1,3 bilhão em recursos captados</b>. Além disso, passou a contar com recursos da CIDE e com a possibilidade de financiamento de R\$ 260 milhões junto à Comunidade Andina de Fomento (CAF), encaminhado pelo governo Tarso.</p> <p>➤ Após quase <b>oito anos de governos Sartori e Leite</b>, o RS conta ainda com em torno de <b>50 municípios sem acesso asfáltico</b>.</p>
--	---



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b>, aplicamos <b>R\$ 247,1 milhões/ano</b> em <b>acessos municipais</b>, sendo 80,2% com recursos de financiamentos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Sartori</b>, foram aplicados apenas <b>R\$ 62,3 milhões/ano</b> em <b>acessos municipais</b>, sendo 94,4% com recursos de financiamentos captados durante o governo Tarso.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b>, foram aplicados apenas <b>R\$ 38,2 milhões/ano</b> em <b>acessos municipais</b> (2019 a 2021).</li></ul>
<b>LIGAÇÕES REGIONAIS</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> concluímos <b>11 ligações regionais</b> e deixamos <b>12 obras</b> com obras em <b>andamento</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Yeda</b>, ausência de obras de ligações regionais.</li><li>➤ No <b>governo Sartori</b> as <b>obras</b> foram <b>executadas</b> com <b>recursos captados</b> pelo <b>governo Tarso</b>.</li><li>➤ No terceiro ano de Governo, <b>Leite lançou o Avançar, uma ação de marketing</b>: a maioria dos projetos não sairão do papel até o fim de seu governo por falta de projetos e do processo licitatório; os recursos utilizados são oriundos das privatizações e da chamada economia com as alterações nas carreiras e na previdência do funcionalismo.</li></ul>
<b>PEDÁGIOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> acabamos com o modelo de <b>pedágios</b> por polos regionais.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos a Empresa Gaúcha de Rodovias – <b>EGR</b> (Lei 14.033/12), modelo para o país, com a implementação dos Corepes, fortalecendo a participação popular na definição do preço e de obras a serem realizadas. A EGR passou a administrar <b>908 km</b> de <b>estradas estaduais</b>, com 14 praças de pedágios. <b>Reduzimos</b> de 30% a 50% no <b>valor dos pedágios</b>, que voltaram a ser geridos pelo poder público.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Yeda</b> propôs a <b>prorrogação dos pedágios privados</b> (polos regionais), com a manutenção da política do governo Britto.</li><li>➤ O <b>governo Sartori</b> alterou as funções da <b>EGR</b> (Lei 14.876/16), excluindo a participação popular.</li><li>➤ O <b>governo Sartori</b> aprovou um <b>plano de concessões</b> para voltar a entregar as estradas à iniciativa privada, <b>por 30 anos</b>, sem a participação da população no debate e implantação.</li><li>➤ O <b>Governo Leite</b> deu continuidade ao projeto do Sartori de <b>concessões</b>, abrindo processo licitatório de <b>1.150 km de estradas gaúchas</b>, que serão entregues à iniciativa privada por 30 anos. O projeto inicial era com outorga, o que foi retirado em função da pressão da sociedade, mas incluída uma caução que encarece os preços dos pedágios.</li></ul>
<b>SANEAMENTO BÁSICO</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No governo Tarso captamos mais de <b>R\$ 4 bilhões</b> junto ao <b>PAC</b> para tratamento, distribuição e captação de água e esgoto, fortalecendo a <b>CORSAN</b></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Yeda</b>, ocorreu o <b>sucateamento da Corsan</b> e o <b>estímulo à privatização da água</b> pelos governos municipais do PSDB.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>como empresa pública. Deste valor, R\$ 1 bilhão para investimentos na Bacia do Rio do Sinos.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori deixou de aplicar mais de R\$ 300 milhões</b> do PAC, perdendo recursos a fundo perdido, que beneficiariam especialmente a Região Metropolitana.</li><li>➤ No <b>governo Sartori a Corsan não cumpriu contratos com os municípios</b>, mesmo que a empresa tivesse condições de cumprimento das metas estabelecidas, com o intuito de justificar a privatização.</li><li>➤ O <b>governo Sartori</b> tentou implantar uma Parceria Público Privada - <b>PPP</b> para o esgotamento e tratamento sanitário, envolvendo nove municípios da Região Metropolitana, com a <b>entrega dos serviços públicos à iniciativa privada</b> por 35 anos. As empresas investiriam R\$ 1,85 bilhão com previsão de ganhos de R\$ 9,4 bilhões, ou seja, lucro equivalente a quatro vezes o investido.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> encaminhou o processo de <b>privatização da CORSAN</b>: Aprovou a possibilidade de venda de ações da empresa e entrega do saneamento básico à iniciativa privada. A privatização acaba com o subsídio cruzado e deixa as pequenas cidades sem a possibilidade de ter o atendimento da Lei do Saneamento.</li></ul>
---	---

### EMPRESAS PÚBLICAS

<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Nossos governos fortaleceram as Empresas Públicas</b> (Corsan, CRM, Sulgás, CEEE, EGR), empresas sólidas e saudáveis, que produzem dividendos ao Estado e atendem a quem mais precisa de serviços.</li><li>➤ No <b>governo Tarso investimos mais de R\$ 3,5 bilhões na CEEE-D</b> para recuperar a empresa, que foi dividida no governo Britto, deixando o Estado com apenas 1/3 da distribuição e com quase a totalidade dos passivos da empresa, o que comprometeu a CEEE.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Bolsonaro</b> deu continuidade ao processo de privatizações iniciado no governo Temer: Vendeu a <b>BR Distribuidora</b>, parte da <b>Petrobras</b> e da <b>Eletrobrás</b>. No Estado, mesmo tentando de todas as formas, o Governo Federal ainda não conseguiu vender a Refinaria Alberto Pasqualini - <b>Refap</b>. No caso da <b>Trensurb</b>, embora o projeto de privatização esteja bastante avançado, é necessário que o Governo do Estado viabilize a concessão (o governo Bolsonaro já submeteu estudos ao Piratini).</li><li>➤ O <b>governo Sartori</b> adotou uma <b>política de redução das funções públicas de Estado</b>: Aprovou a <b>extinção das Fundações</b>. <b>Tentou retirar</b> da Constituição Estadual a necessidade de <b>plebiscito para privatizar as empresas CEEE, Sulgás e CRM</b>.</li></ul>





## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>Posteriormente, tentou a realização de plebiscito para privatizar as empresas, sem êxito por falta de votos de sua base.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Leite</b>, mesmo contrariando seu discurso de campanha, aprovou a <b>privatização</b> das empresas públicas gaúchas (<b>CEEE, CRM, SULGÁS</b>), sem plebiscito, e aprovou a venda de ações da <b>CORSAN</b> para entregar o saneamento básico à iniciativa privada.</li><li>➤ Com o projeto de concessões, o <b>governo Leite quer acabar com a EGR</b>, que administra mais de 900 km de estradas.</li></ul>
<b>DAER</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Com o <b>governo Tarso fortalecemos o DAER</b> para projetar, fiscalizar e manter as rodovias gaúchas.</li><li>➤ A autarquia é responsável pela administração de mais de 11 mil quilômetros de rodovias estaduais, sendo 7.060 km pavimentadas, com 17 superintendências regionais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori precarizou o DAER</b>, vendendo áreas, tentando acabar com superintendências regionais, preparando a entrega das estradas gaúchas à iniciativa privada.</li><li>➤ O <b>governo Leite deu continuidade à destruturação do DAER/RS</b>: não realizou concursos para repor pessoal; vendeu áreas do departamento; acabou com algumas superintendências regionais; terceirizou projetos e execução de obras em estradas gaúchas; entregou trechos de estradas aos cuidados das prefeituras.</li></ul>
<b>ENERGIA</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Olívio Dutra</b> fizemos o <b>primeiro Atlas Eólico do Rio Grande do Sul</b>, dando base para os investimentos realizados em energia eólica no estado. A partir deste Atlas e com a política de incentivos dos <b>governos Lula, Dilma e Tarso</b>, o <b>RS passou a ocupar a terceira posição em geração de energia eólica</b>. Os grandes parques instalados são: Parque Eólico de Osório; Parque Cerro Chato – Santana do Livramento; Complexo Eólico Campos Neutrais, que reúne os parques Geribatu, Chuí e Hermenegildo.</li><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b>, a geração de <b>energia térmica foi ampliada</b>, com a construção da <b>FASE C de Candiota</b> e da <b>Usina da Tractebel</b>, com investimentos acima de R\$ 6 bilhões.</li><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b>, o <b>Luz Para Todos</b> beneficiou <b>91.597 famílias no RS</b>, bem acima da meta inicial que era ligar 57 mil domicílios no estado.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Bolsonaro privatizou parte da Petrobras e da Eletrobrás</b>.</li><li>➤ O <b>governo Leite retomou o neoliberalismo fracassado</b> de Britto, Yeda e Sartori.  Na área de energia, privatizou a CEEE-Distribuição (R\$ 100 mil), CEEE-Transmissão (R\$ 2,67 bilhões) e a Sulgás (R\$ 927,8 milhões) e aprovou a privatização da CEEE-Geração e da CRM.  Com essa política, o governo Leite deixou o Estado como mero observador ou proponente de políticas públicas na área de energia, impossibilitando a implementação de obras e serviços através de entes públicos, ampliando os lucros à iniciativa privada e encarecendo os serviços ao consumidor gaúcho.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Na área de <b>energia eólica e solar</b>, no <b>governo Leite não foram investidos recursos públicos</b> para a sua ampliação, ficando somente sob responsabilidade da iniciativa privada.</li></ul>
<b>EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E POLO NAVAL</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b>, <b>implantamos o Polo Naval</b> de Rio Grande, com a construção de <b>três grandes estaleiros</b>, dois em Rio Grande (QGI Brasil S/A “Queiros Galvão e Iesa Óleo e Gás” e Ecovix) e um em São José do Norte (Estaleiros do Brasil Limitada-EBR). O Polo Naval chegou a gerar <b>mais de 20 mil empregos</b>.</li><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b>, <b>valorizamos o petróleo nacional e fortalecemos a Petrobrás</b>: descoberta do Pré-Sal; aplicação do conceito de conteúdo nacional; criação do regime de partilha; aprovação do Fundo Social.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Com o golpe e os <b>governos Temer e Sartori</b>, o <b>Polo Naval</b> foi <b>abandonado</b>: retirada a exigência de conteúdo nacional para a construção das plataformas; cancelados os contratos de construção de plataformas para a exploração de petróleo com estaleiros no Brasil, cuja construção passou a ser feita no exterior (China), gerando empregos e tecnologia em outros países.</li><li>➤ A <b>mudança da Lei do Pré-Sal</b> (do regime de partilha para o regime de concessão) <b>desobrigou a Petrobras de ser operadora</b> de no mínimo 30% sobre as áreas licitadas, criando condições para entrega do petróleo a empresas transnacionais.</li><li>➤ O <b>governo Bolsonaro e Leite nada fizeram para a recuperação do Polo Naval</b> no Estado, mantendo a construção de estaleiros fora do Brasil.</li></ul>
<b>HABITAÇÃO</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos Lula e Dilma</b> implantaram o <b>Minha Casa Minha Vida</b>: No <b>RS</b> foram <b>290.712 moradias</b> (até 31/12/2016), sendo <b>212.547 entregues</b> e <b>78.165 contratadas</b>. Somente durante o <b>governo Tarso</b> foram contratadas <b>166.282 unidades</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Bolsonaro acabou com o Minha Casa Minha Vida</b> (apenas concluiu algumas obras que já estavam em andamento, mas ainda com muitos projetos inacabados no estado).</li><li>➤ No <b>governo Sartori não havia um programa de habitação popular</b> e, com a diminuição do Programa Minha Casa Minha Vida, somente houve conclusões de obras com recursos federais.</li><li>➤ O <b>governo Leite não tem projeto de Habitação popular</b>, desenvolvendo ações pontuais no sentido de concluir algumas obras inacabadas do governo federal.</li></ul>



# Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

## EIXO 3

### DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO	
NÓS	ELES
<p>➤ <b>Nos governos Lula e Dilma, ampliamos e valorizamos o Ensino Técnico e o Ensino Superior:</b> Em toda a história do Brasil, haviam sido criadas 140 escolas técnicas, em 119 municípios. Nos governos Lula e Dilma foram criadas <b>422 novas escolas técnicas</b>, parte de uma rede estruturada em torno dos Institutos Federais de Ensino Tecnológico, que chegou a 596 municípios e beneficiou, em 2015, meio milhão de jovens.</p> <p><b>Criação dos Institutos Federais RS</b>, com unidades em dezenas de município: Instituto Federal Farroupilha (sede em Santa Maria, mais 11 unidades); Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Sede em Bento Gonçalves, mais 16 unidades); Instituto Federal Sul-rio-grandense (Sede em Pelotas, mais 13 unidades).</p> <p><b>Criação de 18 novas universidades no Brasil</b> (178 unidades) e <b>três novas Universidades no RS:</b> Unipampa (com 10 unidades); UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul (com 3 unidades no RS); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (transformada).</p> <p><b>Criação do Prouni</b>, com <b>142.773 alunos</b> beneficiados no RS (até março de 2016). O Programa assegurou no país 1,9 milhões de bolsas. O FIES beneficiou <b>2,71 milhões de estudantes</b>, com financiamento com custo subsidiado.</p> <p><b>Com o Reuni</b>, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades – foram ampliadas a oferta de vagas e a infraestrutura das instituições de ensino superior.</p> <p><b>As matrículas no ensino superior</b> mais que dobraram. Em 2015, eram 8,03 milhões de matrículas, contra 3,52 milhões, em 2002.</p> <p>O percentual de <b>matrícula</b> da população de 18 a 24 anos na <b>educação superior no RS</b> passou de <b>13,0%</b>, em 2001, para <b>21,3%</b>, em 2015.</p> <p><b>No Programa Ciência sem Fronteiras</b>, as matrículas em pós-graduação dobraram, acompanhadas de um aumento no número de bolsas. Foram concedidas 101 mil bolsas de estudo no exterior entre 2011 e 2014.</p> <p><b>O Pronatec</b> garantiu 9,49 milhões de matrículas em cursos, com parceria com o Sistema S. Chegaram a 82% dos municípios brasileiros. E com reserva de vagas para beneficiários do Bolsa Família.</p>	<p>➤ A atuação do <b>governo Bolsonaro</b> no <b>Ensino Técnico e Superior</b> foi um caos:</p> <p>O governo abriu as <b>universidades para empresas</b>, para <b>combater</b> o que chama de <b>ideologia de esquerda</b> e o "progressismo" na educação.</p> <p><b>Tirou poderes dos Conselhos Universitários</b> no processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de Ensino Superior e mudou a forma de escolha dos reitores.</p> <p>Lançou o <b>Programa Future-se</b>, que possibilitou a abertura para <b>contratação de organizações sociais</b> ou de <b>fundações</b> para a execução de atividades e a possibilidade das universidades fecharem parcerias como a iniciativa privada.</p> <p>O número de contratos do <b>FIES</b> no Brasil reduziu de <b>733 mil</b> contratos em <b>2014</b> para <b>43 mil</b> Bolsas em <b>2021</b> (a média anual de contratos no governo Bolsonaro caiu para 60 mil ao ano, diminuição de 69%).</p> <p>O número de bolsas do <b>Prouni</b> <b>caiu 30%</b> entre 2020 e 2021.</p> <p>O Ministério da Educação apresentou o <b>Reuni Digital</b>, com <b>caráter fortemente privatista</b> do programa. A proposta de Reuni Digital acaba por atacar o tripé ensino, pesquisa e extensão, intensificando a concepção da educação superior como mercadoria e não como direito social.</p> <p><b>Acabou com o Ciências sem Fronteira.</b></p> <p><b>Pronatec:</b> Desde 2015, sem política federal, ensino técnico tem <b>matrículas estagnadas</b>.</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Em 2010, no <b>Governo Lula</b>, foi realizada a <b>Conferência Nacional de Educação (Conae)</b>, que estabeleceu as metas do Plano Nacional de Educação. O Plano elevou o investimento em educação, chegando em 10% do PIB em 2024, utilizando verbas oriundas do Pré-Sal, da Petrobras (<b>75% dos royalties</b> do petróleo e <b>50% do Fundo Social do Pré-Sal</b> para educação).</li><li>➤ <b>Triplicamos recursos no Ministério da Educação (MEC)</b>, passando de <b>R\$ 49,3 bilhões</b>, em <b>2002</b>, para <b>R\$ 151,7 bilhões</b>, em <b>2015</b>. No governo Dilma, os investimentos na área superaram em R\$ 54 bilhões o piso constitucional.</li><li>➤ O <b>investimento dos governos Lula e Dilma na educação cresceu em todos os níveis de ensino</b>. Entre 2000 e 2014, o investimento total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 4,7% para 6,4%.</li><li>➤ De 2011 a 2015, o montante do <b>orçamento</b> destinado às <b>universidades federais</b> chegou a R\$ 32,9 bilhões.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Bolsonaro</b> quer <b>desvincular os recursos</b> do <b>Fundo Social</b> da Educação e da Saúde.</li><li>➤ Nos <b>governos Temer e Bolsonaro</b> os <b>recursos aplicados</b> em Educação <b>diminuem</b>, chegando a apenas <b>R\$ 118,4 bilhões</b> em <b>2021</b>.</li><li>➤ Desde 2018, o percentual do <b>PIB aplicado educação</b> está estacionado em <b>4%</b> (OCDE).</li><li>➤ No governo de Jair Bolsonaro, as <b>universidades federais</b> sofrem com a infraestrutura sucateada. O <b>orçamento foi reduzido</b> de R\$ 13 bilhões em 2018, para R\$ 8,2 bilhões em 2021.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b> a <b>Educação Básica</b> foi <b>valorizada</b>, com vários programas em apoio às Escolas, Estados e Municípios: <b>O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)</b> garantiu, em 13 anos, cerca de <b>R\$ 14 bilhões transferidos</b> para financiar melhorias em infraestrutura física e pedagógica das escolas. <b>A Educação em Tempo Integral</b> chegou a quase 60 mil escolas estaduais e municipais, que receberam investimentos, com ampliação da jornada de milhares de escolas públicas para, no mínimo, 7 ou mais horas diárias. <b>Na educação infantil</b> foram assegurados <b>recursos</b> para a <b>construção de mais de 8 mil creches, através do Proinfância</b>. <b>O Programa Caminho da Escola garantiu 30,5 mil ônibus escolares</b> (28 mil para o transporte rural e 2,5 mil para o transporte de crianças com deficiência nas áreas urbanas); 918 lanchas, para atender crianças em localidades onde o transporte é feito por meio fluvial. <b>A Merenda Escolar</b> teve reajuste no valor per capita transferido para estados e municípios e autorização da <b>compra direta da Agricultura Familiar</b>. O número de <b>estudantes</b> atendidos cresceu de <b>36,4 milhões</b> para <b>41,3 milhões</b>, entre 2002 e 2015. <b>Os programas de livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar</b> foram estendidos da creche ao ensino médio.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Para o <b>governo Bolsonaro</b>, <b>Educação Básica não é prioridade</b>: <b>O MEC só executou a modalidade básica do PDDE</b>, previsto para pequenas obras e compras, sem repasse para modalidades específicas, como obras de acessibilidade, fornecimento de água, instalação de internet e apoio a escolas rurais. Em 2021 somente 15% dos alunos estudavam em tempo integral. A <b>meta do Plano Nacional de Educação</b> é ter <b>ao menos 25%</b> dos alunos em <b>Tempo Integral</b> até 2024. Das 9.028 obras de creches, aprovadas desde 2007 pelo <b>Proinfância</b>, 4.981 ainda não foram finalizadas pelo atual governo. O valor repassado pela União a estados e municípios, para <b>merenda escolar</b> é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. O Governo Federal, desde 2017, paga, somente, <b>R\$ 0,36</b> dia, por aluno, para a merenda escolarizada no ensino fundamental e médio.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Olívio</b> criamos a <b>UERGS</b>, que foi <b>revitalizada</b> no <b>governo Tarso Genro</b> com ampliação do orçamento; aprovação de plano de carreira; realização de concurso público e nomeações; ampliação do número de professores e de alunos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori</b> e Leite criam <b>obstáculos</b> para a ampliação da <b>UERGS</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, os <b>recursos aplicados</b> em educação <b>aumentaram de 27%</b> da Receita Líquida de Impostos e Transferências em 2010 <b>para 32,8%</b> em 2014 (R\$ 11,964 bilhões).</li><li>➤ Considerando somente o <b>Grupo Investimentos</b>, no <b>governo Tarso</b> aplicamos <b>R\$ 212,4 milhões/ano</b>.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b> aplicamos <b>R\$ 115,1 milhões/ano</b> em <b>investimentos</b> na <b>rede física</b> (construção, ampliação e manutenção), <b>equipamentos</b> e <b>mobiliário</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos <b>governos Sartori e Leite</b>, os <b>recursos aplicados</b> em educação <b>reduziram de 32,8%</b> da Receita Líquida de Impostos e Transferências em <b>2014</b> para <b>26,7%</b> em <b>2018</b> e para <b>25,8%</b> em <b>2021</b> (R\$ 11,615 bilhões).</li><li>➤ Considerando somente o <b>Grupo Investimentos</b>, o <b>governo Sartori</b> aplicou <b>R\$ 90,8 milhões/ano</b> e o <b>governo Leite</b> <b>R\$ 115,3 milhões/ano</b> (2019 a 2021).</li><li>➤ No <b>governo Sartori</b> foram aplicados <b>R\$ 69,7 milhões/ano</b> em <b>investimentos</b> na <b>rede física</b> (construção, ampliação e manutenção), <b>equipamentos</b> e <b>mobiliário</b> (<b>redução de 39,4%</b> em relação ao governo Tarso).</li><li>➤ No <b>governo Leite</b> foram aplicados apenas <b>R\$ 63,1 milhões/ano</b> (2019 a 2021) em <b>investimentos</b> na <b>rede física</b> (construção, ampliação e manutenção), <b>equipamentos</b> e <b>mobiliário</b> (<b>redução de 45,2%</b> em relação ao governo Tarso).</li><li>➤ A <b>redução de recursos aplicados</b> na <b>rede física</b> <b>justifica o caos nas Escolas Estaduais</b>: prédios interditados; obras inacabadas ou não iniciadas; problemas elétricos.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos o <b>Fórum Estadual de Educação</b>, que coordenou a mobilização e a proposição do primeiro <b>Plano Estadual de Educação</b>, com a participação da comunidade escolar. O número de <b>matrículas</b> na <b>Rede Estadual</b> (inicial) era <b>1.050.692</b> em 2014. No <b>governo Tarso</b> o número de <b>escolas</b> em 2014 era de <b>2.568</b>. O <b>governo Tarso</b> <b>ampliou</b> o atendimento na <b>Educação de Jovens e Adultos</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos Sartori e Leite não cumpriram as metas do Plano Estadual de Educação</b>: O número de <b>matrículas</b> na <b>Rede Estadual</b> (inicial) <b>reduziu</b> de 1.050.692 em 2014 para 987.343 em 2019 e para apenas 749.431 em 2021 (uma redução de <b>301.261 alunos desde 2014</b>). No governo Leite, em <b>2021</b>, houve uma <b>diminuição</b> no número de <b>escolas</b> para 2.386 em 2021. De <b>2016 a 2021</b> foram <b>fechadas 7 mil turmas</b>. Nos <b>últimos três anos</b> o Estado ofereceu <b>56% a menos de matrículas</b> nos cursos de <b>EJA</b>. Na <b>Educação Profissional Técnica de Nível Médio</b> o número de matrículas caiu de 131.801 em 2015 para 124.236 em 2020. No <b>Tempo Integral</b>, o número de matrículas caiu de 18,8% em 2015 para <b>12,3% em 2020</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> <b>diminuímos</b> a <b>taxa de abandono escolar</b> do <b>Ensino Médio</b> para 9,0%, em 2014. Quando assumimos o governo era de 11,5%.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Leite</b>, a <b>taxa de abandono escolar</b> <b>aumentou</b> (10,07% em 2021). O RS tem a</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Garantimos dedicação de <b>um terço da carga horária do Magistério para planejamento e estudos</b>, atendendo à lei do piso.</li><li>➤ Garantimos a <b>formação continuada</b> para os profissionais da educação em parceria com as instituições de ensino superior, com mais de 520 mil participantes.</li><li>➤ Implantamos <b>Programa Província de São Pedro</b>, atendendo 2.576 escolas e atingindo um público de 1.200.000 alunos. O Programa garantiu a qualidade da educação através da qualificação tecnológica, visando a modernização de equipamentos e de espaços, e investimos na formação pedagógica dos professores para o uso das mídias no ambiente escolar.</li><li>➤ A <b>Educação no Campo</b> foi fortalecida com a construção da Proposta de Reestruturação Curricular do Campo, por Ciclos de Formação, em diálogo com a comunidade escolar e os movimentos sociais, reafirmando o respeito à identidade e valorizando as culturas das diferentes categorias sociais do campo e da cidade.</li><li>➤ Foi dado <b>atendimento prioritário</b> às demandas de <b>quilombolas, indígenas e assentados</b> (transformadas sete escolas Kaingang para o Ensino Médio; criado um curso de pós-graduação - Proeja Indígena).</li><li>➤ Implantamos, gradativamente ao longo dos quatro anos, o <b>Ensino Médio Politécnico</b>, a integração da educação profissional e educação geral e a introdução da pesquisa como prática pedagógica.</li></ul>	<p>quarta pior taxa de abandono do ensino médio do Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ O Governo Leite não investiu nas <b>escolas de tempo integral</b>,</li><li>➤ O Programa <b>Mais Educação acabou</b> e o Programa <b>Escola Aberta</b> foi <b>desestruturado</b>.</li><li>➤ <b>Proibiu a abertura</b> de novas turmas nas modalidades da <b>EJA, NEEJA e cursos técnicos</b>.</li><li>➤ <b>Enturmou e multisseriou</b>, especialmente as Escolas do Campo.</li><li>➤ <b>Desativou setores</b> importantes dentro das escolas (bibliotecas, laboratórios...).</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> flexibiliza normas estaduais para facilitar o <b>fechamento</b> ou a <b>municipalização de escolas do campo</b>, sem discussão com as comunidades.</li><li>➤ <b>Privatizou e pulverizou a política educacional</b>, que passa a ser realizada, em grande parte, por entidades privadas, vendedoras de pacotes educacionais.</li><li>➤ Impôs <b>sistemas padronizados e externos de avaliação</b> da aprendizagem dos alunos, sem considerar as especificidades pedagógicas de cada escola e dos alunos.</li><li>➤ Implantou o <b>Novo Ensino Médio</b> aos <b>atropelos, sem debate com a comunidade escolar</b> e <b>gestado por entidades empresariais, precarizando a formação integral dos estudantes</b>.</li><li>➤ A <b>grade curricular do Ensino Médio fragiliza a formação geral integral</b> e direciona precocemente os alunos para a escolha profissional. Os períodos da formação geral diminuem, especialmente química, Física, Biologia, Sociologia, Literatura, Educação Física, Filosofia, Espanhol e Artes.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nossos <b>governos valorizam as Trabalhadoras e os Trabalhadores em Educação</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos neoliberais</b> elegeem os <b>servidores</b> como os <b>responsáveis pela crise financeira do Estado</b>, penalizando, também o Magistério e os Servidores de Escola.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Olívio</b>, resgatou o <b>Plano de Carreira do Magistério</b> (sobreposição dos níveis), que tinha sido modificado no governo Britto, e <b>criou o Plano de Carreira dos Servidores de Escola</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Leite</b> acabou com o <b>Plano de Carreira do Magistério</b>. Por exemplo, antes o valor do Nível 6 era o dobro do valor do Nível 1 (100% maior); agora o valor do Nível 6, Classe A, é apenas 30% maior que o valor do Nível 1, Classe A.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Olívio</b> concedemos <b>43,6% de reajuste ao Magistério e Funcionários de Escola</b>. Além disso, foi concedido um reajuste de 20% no valor do vale-refeição e a incorporação de 20% do abono (parcela autônoma) ao vencimento básico para</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nos governos Sartori e Leite, os <b>Trabalhadores em Educação</b> ficaram sete anos com <b>salários congelados</b>.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b> a <b>reposição</b> para o <b>Magistério</b> foi de 32% no subsídio (o que</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>professores e 100% para os Servidores de Escola. O <b>reajuste</b> de 43,6% <b>chega a 72,3%</b> com a <b>incorporação do Abono</b> e com o <b>Fim da Sobreposição dos Níveis</b> (atingiu 75% da categoria).</p> <p>➤ No <b>governo Tarso</b> concedemos <b>reajuste de 76,7%</b> para o <b>Magistério e Servidores de Escola</b> (frente a uma inflação de 26,3%).</p>	<p>representou apenas 10,8% na Folha) e reposição de 6% da Revisão Geral, <b>totalizando 17,4%</b>, diante de uma <b>inflação de 59,5%</b> (INPC de 01/2015 a 05/2022).</p> <p>➤ No <b>governo Leite</b> os <b>Servidores de Escola</b> tiveram uma <b>reposição</b> de apenas <b>6%</b>. Com isso, na <b>folha de fevereiro</b> (SEFAZ - Portal BI/Cubos-RHE), <b>14.373 servidores</b> receberam completo para chegar ao Salário Mínimo Regional, dos quais <b>11.769</b> são <b>Servidores de Escola</b>. Entre os Servidores de Escola Ativos, 54,2% recebeu completo, em valor médio de R\$ 574,00.</p>
<p>➤ No <b>governo Tarso</b> a <b>remuneração média</b> líquida na Educação passou de R\$ 1.167,41 para R\$ 1.961,33 (uma variação de 68%, diante de uma inflação de 26,3%).</p>	<p>➤ Nos <b>governos Sartori e Leite</b> a <b>remuneração média</b> líquida na Educação está em apenas R\$ 2.297,63 (uma variação de apenas 17,1% desde o final do Governo Tarso), diante de uma <b>inflação 59,5%</b> (INPC de 01/2015 a 05/2022).</p>
<p>➤ No final do <b>governo Tarso</b>, a <b>Educação</b> representava <b>67,7%</b> das <b>matrículas</b> do Poder Executivo e <b>46,7%</b> da <b>folha</b>.</p>	<p>➤ Com os <b>governos Sartori e Leite</b>, hoje a <b>Educação</b> responde por <b>66,2%</b> das <b>matrículas</b> do Poder Executivo e representa apenas <b>38,5%</b> da <b>folha</b> (06/2022).</p>
<p>➤ Nos <b>governos Olívio e Tarso</b> realizamos <b>promoções dos Trabalhadores em Educação</b>:</p> <p>➤ No <b>governo Olívio</b>, foram realizadas sete <b>promoções</b> para o <b>Magistério</b>, atrasadas de 1993 a 1999, totalizando quase 91 mil professores beneficiados, e as <b>promoções dos Funcionários de Escola</b>, atrasadas desde 1989, beneficiando mais de 21 mil trabalhadores.</p> <p>➤ No <b>governo Tarso</b> foram <b>promovidos 34.364 professores</b>.</p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> não efetivaram <b>nenhuma promoção</b> para o Magistério e para os Servidores de Escola.</p>
<p>➤ No governo Olívio foram realizados <b>dois concursos públicos</b> para o <b>Magistério</b> (com nomeação de 25.468 professores) e, em 2022, um concurso público para 6.350 vagas de <b>Servidores de Escola</b>.</p> <p>➤ No <b>governo Tarso Genro</b> foram realizados <b>dois concursos públicos</b> para o <b>Magistério Estadual</b> e um concurso para <b>servidores de escola</b>.</p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite (MDB e PSDB)</b> não realizaram <b>nenhum concurso público</b> para professor e funcionários.</p> <p>➤ Em 06/2022 o <b>percentual de contratos precários</b> para o <b>Magistério</b> representava <b>43,1%</b> sobre o total (24.544 contratados e 32.343 efetivos).</p> <p>➤ Em 06/2022 o <b>percentual de contratos precários</b> para <b>Servidor de Escola</b> chegou <b>54,2%</b> sobre o total (8.847 contratados e 7.470 efetivos).</p> <p>➤ Agora, “<b>no apagar das luzes</b>” o governo Leite <b>anuncia</b> a realização de um <b>concurso para 1.500 vagas</b>.</p> <p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite (PMDB e PSDB)</b> <b>reduziram 29.841 servidores</b> da Administração Direta (de 12/2014 a 06/2022), dos quais <b>25.483 na Educação</b>.</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<b>SAÚDE</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Dilma</b> criou (2013) o Programa <b>Mais Médicos</b>, garantindo a presença de <b>18.240 médicos</b> (mais de 11 mil cubanos), com atuação em <b>4.058 municípios</b> e 34 distritos indígenas. O Programa levou acesso à <b>Atenção Básica a 63 milhões de brasileiros</b> (24,6% da população brasileira).</li><li>➤ No <b>Rio Grande do Sul</b>, em 2015, o Programa Mais Médicos estava <b>presente em 75% dos municípios gaúchos</b> (371), com <b>1.235 médicos</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No final de 2018, após <b>declarações do presidente Bolsonaro</b>, <b>Cuba encerrou o convênio</b> com a OPAS e retirou seus profissionais do país. <b>A reposição de médicos, após a saída dos cubanos, não ocorreu.</b></li><li>➤ No início de <b>2019</b> o <b>governo Bolsonaro</b> anunciou o <b>fim do Programa Mais Médicos</b> e sua substituição progressiva pelo novo modelo, nomeado <b>Médicos pelo Brasil</b>.</li><li>➤ Se comparado a 2015, em 2019 o Rio Grande do Sul deixou de atender <b>37 municípios com o Programa</b>. Se comparado a 2017 (ano com maior número de vagas ocupadas), em 2019 houve uma redução de 319 médicos.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Durante o <b>governo Lula</b> tivemos o auge de vacinação no país, com média de 0,81 dose por habitante ao ano. A <b>média anual de doses aplicadas foi de 151 milhões</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Bolsonaro</b> foi o que menos vacinou brasileiros desde 1994 (início da série histórica do SUS). A <b>média anual foi de 104 milhões de doses aplicadas</b>, o equivalente a 0,49 dose por habitante ao ano.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Em abril de 2014, <b>nos governos Dilma e Tarso</b>, haviam <b>31.369 leitos de internação hospitalar</b> no Rio Grande do Sul, sendo que 70% destes destinados ao SUS.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Durante os <b>governos Bolsonaro e Leite</b>, em abril de 2022 (período ainda de pandemia) haviam <b>29.580 leitos de internação hospitalar no RS</b>, sendo que 67% destes destinados ao SUS.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b> os recursos aplicados em saúde quase dobraram: de 7,9% da Receita Líquida de Impostos e Transferências em 2010, para 12,7% em 2014. O RS era o Estado que menos aplicava.</li><li>➤ A <b>Lei Complementar Federal 141/2012</b> determinou a <b>aplicação mínima de 12%</b> em Ações e Serviços de Públicos de Saúde.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori</b> aplicou <b>12,2%</b> em saúde em 2017.</li><li>➤ O <b>Governo Leite</b>, em 2021 (plena pandemia), aplicou <b>12,2%</b>. No entanto, <b>considerando estritamente as Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>, conforme a Lei Complementar Federal 141/2012, a <b>aplicação corresponde a 9,7%</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b>, a <b>população atendida</b> pela Estratégia de <b>Saúde da Família – ESF</b> passou de <b>36,3%</b> em 2010 para <b>51,1%</b> em 2014. Foi o Estado que mais cresceu.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Sartori</b>, a <b>população atendida</b> pela Estratégia de <b>Saúde da Família (ESF)</b> atingiu <b>58,8%</b> em 2017.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b>, em dezembro de 2020 (pandemia), a taxa de cobertura da ESF <b>caiu para 54,9%</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b>, a <b>população atendida</b> pelos <b>Agentes Comunitários de Saúde</b> passou de <b>32,5%</b> em 2010 para <b>43,9%</b> em 2014.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Sartori</b>, em 2017, a <b>população atendida</b> pelos <b>Agentes Comunitários de Saúde</b> chegou a <b>48%</b>. (No governo Leite, em dezembro de 2020 (pandemia), a população atendida pelos Agentes Comunitários de Saúde caiu para 45,3%.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> ampliamos o atendimento do <b>SAMU</b>, passando de 68% em 2010 para <b>90%</b> da <b>população</b> em 2014.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori não ampliou</b> o atendimento do <b>SAMU</b>.</li></ul>





## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Em 2020, no governo <b>Leite</b>, houve pequena ampliação do atendimento do SAMU, atingindo <b>93,4%</b> da população.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, em 2014, a <b>cobertura vacinal</b> contra a <b>poliomielite</b> chegou a <b>95,4%</b>, a contra o <b>sarampo</b> a <b>107,7%</b> e a contra <b>meningite</b> a <b>97,9%</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Sartori</b>, em 2018, a <b>cobertura vacinal caiu</b>: contra a <b>poliomielite</b> foi para <b>72,0%</b>; contra o <b>sarampo</b>, <b>76,3%</b>; contra a <b>meningite</b>, <b>73,1%</b>.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b>, em <b>2021</b>, a cobertura vacinal manteve-se baixa, com pequena variação se comparado ao governo Sartori: contra a <b>poliomielite</b>, <b>75%</b>; contra a <b>meningite</b>, <b>76,7</b>; contra o <b>sarampo (tríplice viral)</b>, <b>54,2%</b> (segunda dose).</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b>, o número de Autorização de Internação Hospitalar - <b>AIH aumentou</b>, passando de 729.679 em 2010 para 768.393 em 2014.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Sartori</b>, o número de Autorização de Internação Hospitalar - <b>AIH diminuiu</b>, passando de 768.393 em 2014 para 755.228 em 2017.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b>, o número de AIH chegou a <b>771.568</b> em <b>2019</b>, reduzindo para <b>709.799</b> em <b>2021</b>. Cabe destacar o cancelamento das cirurgias eletivas, para atenção às urgências da Covid-19 e que os tempos de internação decorrentes da Covid foram mais longos.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ A <b>Bancada do PT</b> na Assembleia Legislativa <b>atuou fortemente no sentido de amenizar os efeitos da pandemia</b>: Destinou <b>100%</b> dos <b>recursos</b> das <b>Emendas</b> da Bancada para a <b>saúde</b> no Orçamento de 2021. Propôs e coordenou a <b>Comissão Externa</b> de Acompanhamento do Processo de Vacinação. Propôs e coordena a <b>Frente Parlamentar</b> em Defesa das <b>Vítimas da Covid-19</b>. Realizou diversas <b>Audiências Públicas</b>. Apresentou <b>Projetos de Lei</b>, como: Apoio aos Agricultores Familiares, Micro e Pequenas Empresas, Autônomos e MEIs; Renda Básica Emergencial; Proteção Social aos Órfãos da Covid-19; Conscientização sobre o Uso de Máscaras; Transparência das Informações no Contexto Escolar; Ampliação do Orçamento na Saúde.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Leite flexibilizou</b>, precipitadamente, <b>medidas de controle da transmissão do coronavírus</b>, transferindo responsabilidade aos municípios e contribuindo para o aumento da circulação das pessoas, ainda sem vacina disponível, o que resultou em elevadas taxas de contaminação, óbitos e hospitalizações, sobretudo nos meses de março, abril e maio de 2021.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b>, ao invés de adotar numa política de prevenção à infecção pelo coronavírus, criou um sistema de distanciamento controlado, cujo principal indicador foi a disponibilidade de leitos hospitalares. Ou seja, <b>não protegeu as pessoas para que não adoecessem</b>.</li><li>➤ A <b>taxa de mortalidade</b> pela <b>covid-19 no Rio Grande do Sul</b> (até 29/04/2022) chegou a <b>345,3 por 100.000 habitante, maior que a média do Brasil</b>, que foi de 315,6 por 100.000 habitantes.</li></ul>
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Nossos governos aplicam um novo <b>conceito de segurança pública</b>, que prioriza a <b>prevenção</b>, o <b>combate às causas</b> da violência, a proteção dos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Conceito de segurança pública</b> pós período militar, <b>baseado na repressão</b>.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p><b>direitos</b>, a aplicação do sistema de <b>inteligência</b> nas investigações e <b>políticas transversais</b>.</p>	
<p>➤ Os <b>governos Lula e Dilma</b> assumiram um <b>papel indutor de políticas de segurança</b>, por meio da construção de <b>ações integradas</b> entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/Ministério da Segurança), Ministério da Justiça (MJ), Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e Forças Armadas. Entre as ações, destacamos:</p> <p>Criação da <b>Força Nacional de Segurança</b>;</p> <p>Criação do <b>Sistema Único de Segurança Pública</b>, com modernização da ação no combate ao crime, especialmente com a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada;</p> <p>Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania <b>PRONASCI</b>, articulando 19 ministérios, 94 ações e intervenções nos diversos entes subnacionais;</p> <p>Plano de Ampliação e Melhoria do <b>Sistema Prisional</b>, com o maior programa de construção de unidades prisionais da história;</p> <p>Programa <b>Rodovida</b>, visando à redução de acidentes nas rodovias federais;</p> <p>Criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – <b>SINESP</b>, sistema de informações e estatísticas nacionais, em cooperação com os estados;</p> <p>Criação do Programa <b>Brasil Mais Seguro</b>, com ações policiais integradas nas regiões de grande densidade de violência, utilizando polícia preventiva, ostensiva, inteligência policial, aprimoramento de técnicas de investigação e treinamento de policiais;</p> <p><b>Plano Integrado de Fronteira</b>, em atuação conjunta entre Ministério da Justiça e Ministério da Defesa;</p> <p><b>Crack, É Possível Vencer</b>, primeiro plano de ação integrada entre o Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Ministério de Desenvolvimento Social;</p> <p><b>Segurança nos Grandes Eventos</b>, como Rio +20, Copa das Confederações, visita do Papa, Copa do Mundo e Olimpíadas.</p>	<p>➤ O <b>governo FHC</b> manteve-se <b>ausente</b> da discussão e da promoção de <b>mecanismos de indução de uma Política Nacional de Segurança Pública</b> em todo primeiro mandato e parte do segundo mandato. Somente em 1997 teve a iniciativa de criar a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Sem projetos estruturais, enfraqueceu e pulverizou os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).</p> <p>➤ Os <b>governos Temer e Bolsonaro</b> deterioraram a qualidade dos registros oficiais.</p> <p>➤ O <b>governo Bolsonaro</b> desenvolveu uma <b>política de morte</b>:</p> <p>Permissibilidade em relação às <b>armas de fogo e à munição</b>, facilitando crimes por motivos fúteis e passionais;</p> <p>Incentivo à <b>violência no campo</b>;</p> <p><b>Aparelhamento</b> das Organizações de Segurança Pública;</p> <p><b>Redução de recursos</b> (em 2022, corte de R\$ 54,8 milhões da Segurança Pública);</p> <p>Crescimento da <b>Violência Policial</b> (conforme o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021”, em 2020 foram 6.416 civis mortos por intervenções de policiais civis e militares da ativa);</p> <p>Crescimento da <b>Violência contra Mulheres, População Negra, Crianças, LGBTQIA+, população em vulnerabilidade social</b>.</p>
<p>➤ No <b>Governo Olívio</b> desenvolvemos um conjunto de <b>ações que fortaleceram a Segurança Pública</b>:</p> <p>Criação do <b>Protege</b> com atuação em 4 eixos centrais: valorização e Qualificação dos Recursos Humanos; integração das atividades policiais e reequipamentos das polícias e dos serviços periciais; humanização do Sistema Prisional e Controle social dos serviços de segurança;</p>	<p>➤ No <b>governo Sartori</b> o aumento da criminalidade foi enorme:</p> <p>Crescimento de <b>35%</b> da média de <b>homicídios dolosos</b>;</p> <p>Crescimento de <b>20%</b> da média de <b>furto de veículos</b>;</p> <p>Crescimento de <b>77%</b> da média de <b>roubos</b>;</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

**Valorização dos servidores**, com a integralização dos 222% de risco de vida e regulamentação do pagamento de horas extras;

Criação do **Sistema Especial de Saúde**, pioneiro no país, para atendimento e tratamento dos servidores da segurança pública nas áreas de psicologia e doenças do trabalho.

- No **governo Tarso** desenvolvemos uma **Política de Segurança Pública** baseada no **fortalecimento institucional** e focado na atuação preventiva:

**RS na Paz**, com a **implantação de 10 Territórios da Paz**, com um conjunto de políticas transversais voltadas para as áreas mais vulneráveis à criminalidade;

**Polícia Comunitária**: interação, colaboração e parceria da polícia com a comunidade com a implantação de 151 Núcleos, beneficiando 1,5 milhão de pessoas;

**Gabinetes de Gestão Integrada**: instalação de 70 Gabinetes de Gestão Integrada Municipais e a instalação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira;

Criação do Departamento Estadual de Gestão do Conhecimento para **Repressão à Corrupção**;

Instalação de 06 **Delegacias de Homicídios de Proteção à Pessoa**;

**Disque Denúncia 181**: ferramenta utilizada internacionalmente no combate à violência e à criminalidade;

**Automação das Perícias** de DNA-IGP: tecnologia na busca e identificação de criminosos, em especial, a autoria de crimes como homicídios e estupros;

**Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras** Enafron: possibilitou o reaparelhamento da Brigada Militar, Polícia Civil e IGP;

**Sistema Integrado Metropolitano de Comunicação e Monitoramento** - SIM-COM: dados capturados por câmeras fixas para leitura e identificação de placas e veículos para o enfrentamento ao roubo de veículo;

**Centro Integrado de Comando e Controle Regional**: articulação de ambientes operacionais como vídeo-monitoramento, recebimento de chamadas da população e despachos de veículos, com a ampliação de 12 para 31 posições de atendimento de emergência, de 11 para 56 posições de despacho de patrulhas, de 02 para 50 posições de vídeo-monitoramento, permitindo monitorar 400 câmeras;

**Qualificação do Sistema Prisional**, com a criação

Crescimento de **41%** da média de **laticínios**;  
Crescimento de **53%** da média de **roubos de veículos**;

**Explosão** do número de **homicídios**: Santa Maria chegou a crescer 106%, Tramandaí 73% e Pelotas 70%;

**Aumento do déficit de vagas**, com aumento de 9.894 presos e ampliação de apenas 783 vagas.

- No **governo Leite** o RS teve **crescimento** dos crimes cometidos dentro de casa, **violência doméstica** e intrafamiliar, principalmente o estupro (12,5%) e o feminicídio (21%). Em **2020**, **cinco mulheres ou meninas foram vítimas de violência sexual** por dia, em seu ambiente familiar.

- No **governo Leite** a **Violência Policial aumentou**, com o maior número de civis mortos dos últimos 20 anos.

- Os governos **Sartori e Leite** reduziram **29.841 servidores** da Administração Direta (de 01/2015 a 06/2022), dos **1.736 na Segurança**. Na **Segurança**, a **maior redução** é na **Brigada Militar e Corpo de Bombeiros**, com **2.402 servidores** a menos desde o final do governo Tarso.



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>de 3.642 novas vagas no regime fechado e 776 no semiaberto, criação do programa de tornozeleiras e ampliação de 08 para 25 Unidades Básicas de Saúde para atendimento dos presos em regime fechado;</p> <p><b>Aquisição</b> de 2.669 viaturas, 6.848 armas, 18.019 coletes, 56 caminhões de bombeiros e 01 helicóptero;</p> <p>Ações de <b>Enfrentamento à Violência contra as Mulheres</b>, com a implantação de programas inovadores e premiados internacionalmente, como o <b>Patrulha Maria da Penha</b>, o <b>Observatório da Violência Contra Mulher</b>, a <b>Sala Lilás</b>, o Projeto <b>Metendo a Colher</b>, ampliação de delegacias especializadas no atendimento às mulheres.</p>	
<p>➤ No <b>governo Tarso valorizamos os servidores da Segurança</b>:</p> <p><b>Reajuste histórico</b>, com uma política que se estendeu até novembro de 2018, <b>beneficiando os servidores de menor remuneração</b>. Somente durante o governo Tarso, os reajustes foram os seguintes: na <b>Brigada Militar</b>, um soldado de 1ª Classe teve um reajuste de 104,5%, enquanto um coronel teve 33,8%; na <b>Polícia Civil</b>, inspetores, comissários e investigadores receberam reajustes de 53,8% a 184,1%, enquanto um Delegado de 1ª Classe teve 39%; na <b>Susepe</b>, os servidores receberam reajustes que variaram de 82,6% a 214,1%; no <b>IGP</b>, os servidores tiveram um reajuste médio de 73,9%;</p> <p>A <b>remuneração bruta média da Segurança</b> passou de R\$ 3.214 em dezembro de 2010 para R\$ 6.067 em dezembro de 2014 (<b>reajuste médio de 88,8%</b>);</p> <p>➤ <b>Realizadas 17.649 promoções</b> (7.469 policiais militares, 5.580 policiais civis, 4.337 agentes penitenciários e 263 peritos e técnicos do IGP).</p>	<p>➤ No <b>governo Leite os servidores da Segurança</b> estavam <b>sem reajuste</b> desde novembro de 2018. Em 2022 tiveram uma recomposição de 6% referente à Revisão Geral, diante de uma inflação de 27,6% no período (INPC 12/2018 a 05/2022).</p> <p>➤ O <b>governo Leite acabou com a verticalidade</b> para os servidores da Brigada Militar e Bombeiros. Antes, o básico de um <b>Soldado Segunda Classe, equivalia a 23,1%</b> do Salário de um Coronel; <b>agora</b> o subsídio de um Soldado Nível 3 equivale a apenas <b>16,8%</b> do subsídio de um Coronel.</p> <p>➤ A <b>remuneração média</b> bruta passou de R\$ 6.067 em dezembro de 2014 para R\$ 10.845 em dezembro de 2018 (<b>reajuste médio de 78,7%</b>), fruto da política aprovada ainda no governo Tarso, e para R\$ 11.341 em junho de 06/2022 (<b>recomposição média de apenas 4,6%</b>). No entanto, a <b>remuneração líquida média, no governo Leite reduziu 4,5%</b> (Dez/18 a Jun./22), tendo em vista a cobrança de contribuição previdenciária para os inativos que recebem entre um Salário-Mínimo e o teto do INSS (de R\$ 6.293 para R\$ 6.011).</p>
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<p>➤ Com <b>Lula e Dilma o Brasil saiu do Mapa da Fome</b> da ONU. Foi a maior redução de pobreza da história do Brasil.</p> <p>➤ No <b>Bolsa Família</b> foram atendidas 405.128 famílias no RS.</p> <p>➤ O <b>Programa Brasil Sem Miséria</b> incluiu <b>Atividades Produtivas Rurais</b>, através do qual foram</p>	<p>➤ Com o <b>Golpe</b> e os <b>governos Temer e Bolsonaro</b>, o <b>Brasil voltou ao Mapa da Fome</b>.</p> <p>➤ Os <b>governos Temer e Bolsonaro desmontaram</b> o Sistema Único de Assistência Social – <b>SUAS</b>, sobrecarregando estados e municípios.</p> <p>➤ <b>Redução do Orçamento da Assistência Social</b></p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p><b>beneficiadas 12.167 famílias no RS.</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>Pronatec</b> - Qualificação Profissional, de 2011 a 2015, foram <b>181.720 matrículas</b>.</li></ul>	<p>ano a ano. Em 2021 teve uma redução de 59,3% nas despesas discricionárias em relação ao ano anterior.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Redução dos atendimentos</b> nos Centros de Referência da Assistência Social - <b>CRAS</b> de cerca de <b>10 milhões de pessoas e famílias por ano</b> em situação de desemprego, fome e eminência de violência doméstica.</li><li>➤ A <b>ausência de recursos nas Ações de Proteção Social Especial</b> representou uma redução nos atendimentos nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social de cerca de 50% às pessoas e famílias em situação de violência doméstica ou comunitária.</li><li>➤ <b>Diminuição dos atendimentos às pessoas em situação de rua</b> em aproximadamente 280 mil por mês.</li><li>➤ <b>Diminuição de 133 mil vagas</b> em serviços de <b>acolhimento institucional</b> (abrigos, casas lares, casas de passagens e residências inclusivas).</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, aplicamos em média <b>R\$ 14,6 milhões/ano</b> em Assistência Social, sem contar os recursos do <b>RS Mais Igual</b> que durante os quatro anos de governo alcançou <b>R\$ 100 milhões</b>.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b> os recursos aplicados na <b>Rede de Proteção à Família</b> chegaram a <b>R\$ 10 milhões</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> contribuem para o <b>desmonte do SUAS</b>.</li><li>➤ O <b>governo Sartori</b> aplicou <b>apenas R\$ 6,4 milhões/ano</b> em Assistência Social.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b>, mesmo com a pandemia e o acréscimo de políticas como o direito animal, aplicou <b>apenas R\$ 7,4 milhões/ano</b>.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> quase <b>zerou as Políticas</b> como <b>Restaurante Popular</b> e projetos de <b>Segurança Alimentar e Nutricional</b>.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b> os recursos aplicados na <b>Rede de Proteção à Família</b> foram reduzidos para <b>R\$ 763,4 mil</b>.</li></ul>
<b>TRANSFERÊNCIA DE RENDA</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Lula</b> criou, em 2003, o <b>Programa Bolsa Família</b>: O Bolsa Família, foi fundamental para que <b>36 milhões de brasileiros</b> saíssem da <b>extrema pobreza</b>; O Programa beneficiou cerca de <b>14 milhões de famílias</b> e <b>50 milhões de pessoas</b>; Em <b>2015</b>, foram investidos <b>R\$ 27,7 bilhões</b>; No <b>RS</b> o Bolsa Família beneficiou <b>447.239 famílias</b>.</li><li>➤ Através do <b>Brasil Carinhoso</b>, <b>580 mil crianças</b> do Programa Brasil sem Miséria foram matriculadas em creches da rede pública.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Temer</b> <b>desmontou</b> o Programa <b>Brasil sem Miséria</b> e o Programa <b>Brasil Carinhoso</b> foi extinto e o repasse de recursos para os municípios foi interrompido.</li><li>➤ O <b>governo Bolsonaro</b>, com a <b>EC 95/2016</b>, <b>reduziu o Bolsa Família</b> e mesmo antes da pandemia já tínhamos <b>2 milhões de famílias na lista de espera</b>.</li><li>➤ No <b>RS</b>, em <b>junho de 2022</b>, o <b>Auxílio Brasil</b> mantinha pelo menos <b>100 mil famílias gaúchas em lista de espera</b> e milhares em filas para poder se cadastrar.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Em <b>novembro de 2021 Bolsonaro extingue o Bolsa Família</b> e cria o <b>Auxílio Brasil</b>. Com a <b>PEC Eleitoreira</b>, o Auxílio passa para R\$ 600,00 por família e o Auxílio Gás passa para R\$ 120,00, mas somente até passar a eleição, demonstrando que <b>Bolsonaro só pensa nele e não nos 33 milhões de brasileiros que passam fome</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso</b> implantamos o Programa <b>RS Mais Igual</b>, alinhado às ações do Brasil Sem Miséria e do Combate à Extrema Pobreza em nível nacional e estadual: O Programa era <b>organizado em três eixos</b> de atuação: Transferência de Renda; Acesso aos Serviços Públicos; Inclusão Produtiva; O Eixo <b>Transferência de Renda</b> atendeu <b>famílias com renda inferior a R\$ 100,00 por pessoa</b> e que tinham entre seus membros pelo menos uma criança de 0 a 6 anos; Somente com o <b>Transferência de Renda</b>, foram <b>atendidas 100 mil famílias</b> (306 mil pessoas) em 474 municípios. Os <b>recursos aplicados</b> durante os quatro anos alcançaram <b>R\$ 100 milhões</b>.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, <b> aumentamos em 30%</b> o número de famílias inseridas no <b>Cadastro Único</b> para Programas Sociais do Governo Federal.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori acabou com o RS Mais Igual</b>. As famílias foram sendo desligadas e em novembro de 2015 foi feito o último repasse para apenas 36 mil famílias.</li><li>➤ No <b>governo Leite</b>, <b>somente em abril/2021 foi sancionada a Lei 15.604/2021 para atender os setores mais afetados pela pandemia</b> (alojamento; alimentação; eventos; mulheres chefes de família extremamente pobres, que tenham ao menos 3 filhos e pelo menos 5 pessoas na família): A <b>previsão era repassar R\$ 107 milhões</b> na forma de subsídio a cerca de <b>104,5 mil beneficiários</b>; Em um ano, <b>apenas R\$ 12,6 milhões</b> foram executados (<b>11,8 %</b>); Beneficiadas <b>apenas 695 Mães-Solo</b> e <b>6 mil Empresas do Simples</b>; Os <b>MEIs e Desempregados</b> ainda não receberam <b>nada</b>.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> criou o <b>Devolve ICMS</b>, visando beneficiar 398.126 famílias do Bolsa Família e 34.068 famílias com dependentes na rede escolar, com valor mínimo anual de R\$ R\$ 400,00. <b>Das 432 mil famílias, 150 mil sequer retiraram o cartão</b>.</li></ul>

### POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Lula</b> criamos a <b>Secretaria Nacional de Juventude</b> e o <b>Conselho Nacional de Juventude</b>, potencializando o protagonismo da juventude no debate das políticas públicas.</li><li>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b> criamos e fortalecemos vários programas: Programa Nacional de Estímulo ao <b>Primeiro Emprego</b>; <b>ProJovem</b> Trabalhador; <b>Aprendiz Legal</b>; <b>Pronatec</b>; <b>Lei de Estágio</b>; <b>Cotas nas Universidades</b> para alunos negros,</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Temer</b> <b>esvaziou a Secretaria Nacional de Juventude</b>, desarticulando todas as políticas.</li><li>➤ No <b>governo Temer</b>, as <b>regras do Prouni</b> e do <b>FIES</b> foram <b>alteradas</b>, dificultando o ingresso na educação superior.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>indígenas e oriundos de escolas públicas; <b>Prouni;</b> <b>Ciências Sem Fronteira.</b></p>	
<p>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos o <b>Conselho Estadual de Juventude</b> e realizamos a <b>3ª Conferência Estadual de Juventude</b>, que estabeleceram as prioridades para o próximo período. A partir disso, foram criados e implementados vários <b>Programas</b>: <b>Programa Passe Livre Intermunicipal</b>, facilitando o transporte de milhares de jovens que estudam em cidades diferentes de sua residência. Em <b>2014</b> foram <b>aplicados R\$ 24,0 milhões</b>. <b>Centros de Juventude</b>, voltados ao atendimento de jovens em áreas de vulnerabilidade social, com oficinas, cursos, atividades culturais e esportivas. Programa de Oportunidade e Direitos - <b>POD</b>, através do qual foram aplicados <b>US\$ 56 milhões</b> para investir na redução dos índices de criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em situação de risco. <b>Bolsa Juventude Rural</b> (Lei 14.373/2013), visando incentivar a permanência dos jovens no ensino médio e no meio rural. Inicialmente, foram contemplados 225 jovens de Escolas que trabalhavam com a Pedagogia da Alternância, no valor de R\$ 200,00/mês. Para <b>2015</b> estavam <b>previstos no Orçamento R\$ 4,8 milhões</b>, visando beneficiar <b>2.000 jovens</b>, abrangendo alunos da Rede Pública Estadual.</p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> deram continuidade ao <b>Passe Livre</b>: <b>Sartori</b> aplicou em média <b>R\$ 14,0 milhões/ano</b> e <b>Leite R\$ 21,2 milhões/ano</b> (2019 a 2021). ➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> deram continuidade ao <b>Programa Bolsa Juventude Rural</b>, mas <b>sem corrigir o valor da Bolsa e sem a ampliação prevista</b>: O governo Sartori abriu inscrição para 327 Bolsas em 2017 e para 793 em 2018. No governo Leite, em 2022 foram abertas inscrições para 712 Bolsas.</p>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<p>➤ No <b>Governo Lula</b> criamos a <b>Secretaria Especial de Políticas para Mulheres</b> e realizamos a <b>1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres</b>. ➤ No <b>Governo Lula</b> aprovamos a <b>Lei Maria da Penha</b>, criamos o <b>Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres</b> e o <b>Disque 180</b> para denúncias de violência contra mulheres. ➤ No <b>Governo Dilma</b> implementamos o maior programa da história do Estado Brasileiro no que tange às políticas públicas para as mulheres: o programa <b>Mulher Viver Sem Violência</b>, com a inauguração de várias <b>“Casas da Mulher Brasileira”</b>, nas capitais do país. ➤ No <b>Governo Dilma</b> lançamos as <b>Diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres</b>, que seguem guiando a implementação e organização das redes de atendimento até hoje.</p>	<p>➤ O <b>governo Temer</b> extinguiu a <b>Secretaria de Política para as Mulheres</b>. ➤ O <b>Governo Bolsonaro</b> atacou e <b>desmontou todas as políticas para as mulheres, cortando milhões do orçamento</b> para a execução dessas políticas, especialmente de enfrentamento à violência contra a mulher: O <b>orçamento do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para 2022 teve um corte de 68%</b> em relação a 2020 (R\$ 43,2 milhões em 2022 frente a R\$ 132,5 milhões em 2020); As <b>Conferências Nacionais de Mulheres não foram realizadas</b>; O <b>Ministério das Mulheres</b> se transformou num espaço de <b>defesa religiosa e obscurantista</b>; Todas as <b>formas de violência</b> contra as</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>mulheres <b>criaram</b>, sobretudo estupros e feminicídios, nas quais as mulheres negras foram as principais vítimas;</p> <p>Muitas <b>lideranças feministas perseguidas e ameaçadas de morte</b>, algumas inclusive, encontram-se exiladas fora do país;</p> <p><b>O Governo Bolsonaro</b> não cumpre a Lei Maria da Penha;</p> <p><b>Durante a Pandemia</b> o governo Bolsonaro <b>aprofundou ainda mais a desigualdade social, racial e de gênero</b>, com a precarização e ausência dos postos de trabalho para a população feminina e de acesso das mulheres chefes de família ao auxílio emergencial.</p>
<p>➤ No <b>governo Olívio</b> criamos a <b>Coordenadoria da Mulher</b>.</p> <p>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos a <b>Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM</b> e um conjunto de <b>programas e ações</b> de combate à discriminação e à violência, formação, geração de trabalho e renda:</p> <p>Ampliamos o número de <b>Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher</b>;</p> <p>Criamos a <b>Patrulha Maria da Penha</b> para atendimento de mulheres vítimas de violência e garantia do cumprimento de medidas protetivas;</p> <p>Criamos a <b>Rede Lilás</b> que atende mulheres vítimas de violência e prevê ações transversais de enfrentamento à violência;</p> <p>Criamos a <b>Sala Lilás</b> no IGP para atendimento reservado às mulheres vítimas de violência;</p> <p>Implementamos o <b>Telefone Lilás</b> (0800-541-0803), com mais de 8 mil atendimentos em todo o RS;</p> <p>Implementamos o Programa <b>Mulher Viver Sem Violência</b>, com atendimento às mulheres do campo e ribeirinhas através dos Ônibus Lilás;</p> <p>Reformamos e reestruturamos o <b>Centro de Referência</b> Estadual da Mulher - <b>Vânia Araújo</b>;</p> <p>Criamos o <b>Observatório de Violência contra a Mulher</b>, primeiro do país em âmbito estadual, para a sistematização de ações de enfrentamento à violência de gênero;</p> <p>Criamos o <b>Crédito Lilás</b>, programa de investimento para as mulheres empreendedoras, oferecido pelo Banrisul;</p> <p>Criamos o <b>Programa SIM (Serviço de Informação à Mulher)</b>, com atendimento junto ao Tudo Fácil, mais uma porta de acesso à Rede Lilás;</p> <p><b>Capacitamos</b> centenas de <b>mulheres</b> para o mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes (só na área de construção civil</p>	<p>➤ Os governos <b>Rigotto e Yeda não aderiram ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres</b>, criado em 2007 durante governo Lula.</p> <p>➤ No <b>governo Sartori</b> tivemos vários <b>retrocessos</b> em termos de políticas de <b>combate à discriminação e à violência contra as mulheres</b>:</p> <p><b>Extinção</b> da <b>Secretaria de Políticas para as Mulheres</b>;</p> <p><b>Não implementação</b> da <b>Casa da Mulher Brasileira em Porto Alegre</b>, um dos únicos estados brasileiros que não conta com o serviço;</p> <p><b>Não encaminhou os Centros Binacionais de enfrentamento ao Tráfico de Mulheres</b> nas regiões da fronteira do RS;</p> <p>A <b>Patrulha Maria da Penha</b> foi sendo <b>desestruturada</b> e as equipes <b>deslocadas</b> para outros atendimentos;</p> <p>As <b>Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher</b>, as <b>Salas Lilás</b> e o Centro de Referência Vânia Araújo foram sucateados;</p> <p>A base do <b>governo Sartori</b> apresentou e aprovou emendas para a supressão de referências à questão gênero, sexualidade e identidade de gênero no Plano Estadual de Educação.</p> <p>➤ O <b>governo Leite</b> representa <b>o pior o Governo</b> do último período em relação às <b>Políticas para as Mulheres</b> no RS:</p> <p><b>Não execução de recursos públicos</b> para a manutenção mínima das políticas para as mulheres (no primeiro ano de governo apenas R\$ 32 mil foram executados para as políticas específicas para as gaúchas);</p>





## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>mais de 3.200 mulheres foram beneficiadas);</p> <p>Organizamos e encaminhamos todo o processo de implementação da <b>Casa da Mulher Brasileira no RS</b>, que funcionaria na zona norte de Porto Alegre. No entanto, nem o Governo Sartori e nem o Governo Marchezan, continuaram a execução do serviço.</p> <p>A <b>execução orçamentária</b> foi <b>recorde</b> na história do RS no que tange às políticas para as mulheres;</p> <p>Como resultado deste conjunto de políticas, houve uma <b>diminuição</b> significativa dos <b>índices de feminicídios</b> no RS.</p>	<p><b>Fechamento do Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo;</b></p> <p><b>Desmonte</b> dos serviços e equipamentos da <b>Rede Lilás</b> (o Telefone Lilás - Disque Denúncia Estadual Contra a Violência Doméstica- teve as linhas cortadas por falta de pagamento);</p> <p>O <b>Conselho Estadual da Mulher não está em funcionamento;</b></p> <p>As <b>casas de acolhimento e abrigamento não atuam em rede e faltam vagas</b> para as mulheres e seus dependentes, vítimas de violência;</p> <p>O <b>RS vem liderando o ranking dos estados que mais matam mulheres no Brasil</b> (em 2019 foi o 3º e em 2020 4º estado com mais feminicídios);</p> <p><b>Não ampliação</b> das <b>Delegacias da Mulher</b> e policiais homens voltaram a atender nestas delegacias;</p> <p><b>Não executa Leis</b> aprovadas para a <b>defesa da vida das mulheres</b> e nem mesmo as emendas parlamentares, enviadas ao executivo para este fim, são executadas;</p> <p><b>Não cumprimento da Lei Maria da Penha;</b></p> <p>O <b>estupro</b> foi o tipo de <b>crime de violência</b> contra as mulheres que <b>mais cresceu no RS no último período</b>, mesmo sendo o crime mais subnotificado em todo o país (em média 5 mulheres são estupradas por dia no RS, sendo a maioria delas meninas de até 14 anos).</p>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<p>➤ Os <b>governos Lula e Dilma</b> constituíram diferentes <b>políticas de combate ao racismo</b> estrutural e combate à desigualdade racial:</p> <p>Criação da <b>Secretaria</b> de Políticas da Promoção da <b>Igualdade Racial;</b></p> <p><b>Lei das Cotas</b> nas universidades;</p> <p><b>Dia da Consciência Negra</b> e inclusão da História da África no currículo escolar;</p> <p>Sancionado, pelo Presidente Lula, o <b>Estatuto da Igualdade Racial</b> (Lei 12.288/2010).</p>	<p>➤ Com o <b>golpe</b> e os <b>governos Temer e Bolsonaro</b> importantes <b>ações</b> de promoção de igualdade racial foram <b>extintas ou paralisadas:</b></p> <p>Em <b>2019</b> o <b>Ministério</b> da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos <b>deixou de executar 70% do orçamento;</b></p> <p>Em <b>2020</b> o <b>Programa 2034</b> do PPA, de <b>Promoção da Igualdade Racial</b> e Superação do Racismo, <b>foi extinto;</b></p> <p>A <b>Fundação Palmares</b> passou a desempenhar um papel lamentável e constrangedor;</p> <p>O <b>Movimento Negro</b> foi <b>excluído do Conselho</b> da Igualdade Racial.</p>
<p>➤ O <b>governo Olívio</b> instituímos uma <b>política pioneira de atendimento às Comunidades Quilombolas,</b></p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> <b>extinguíram e paralisaram políticas de combate ao</b></p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>através do Programa RS Rural e da regularização e titulação de territórios quilombolas.</p> <p>➤ No <b>governo Tarso aderimos</b> ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – <b>SINAPIR</b>, lançamos o <b>Pacto Estadual de Combate ao Racismo</b> Institucional e desenvolvemos diversos programas e ações para superação das desigualdades raciais:</p> <p>Instituição das <b>cotas raciais</b> no serviço público;</p> <p>Criação do <b>Departamento de Pesca, Quilombolas e Indígenas</b> na SDR;</p> <p>Criação do <b>Conselho</b> e do <b>Comitê Estadual do Povo de Terreiro</b> e do <b>GT Quilombola</b>;</p> <p>Implantação do Plano Estadual de <b>Saúde da População Negra</b>;</p> <p>Criação do <b>Programa</b> de Fortalecimento Socioeconômico das <b>Comunidades Quilombolas</b>, com crédito a fundo perdido, beneficiando 2.954 famílias de 101 comunidades;</p> <p>➤ Construção de <b>900 unidades habitacionais</b> para o povo quilombola.</p>	<p><b>racismo:</b></p> <p><b>Extinção</b> do <b>Departamento de Pesca, Quilombolas e Indígenas</b> na SDR;</p> <p><b>Nenhum incentivo</b> aos <b>Conselhos</b> de Direitos, a exemplo do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - CODENE e do Conselho do Povo de Terreiro;</p> <p><b>Paralisação</b> do <b>Programa de Fortalecimento Socioeconômico</b> das <b>Comunidades Quilombolas</b>;</p> <p><b>Paralisação</b> das ações de <b>apoio</b> à <b>regularização de terras</b> quilombolas;</p> <p><b>Ausência de recursos</b> para a continuidade da Política Estadual de <b>Saúde da População Negra</b>;</p> <p><b>Nenhuma política de combate ao racismo</b> estrutural e a desigualdade racial.</p>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<p>➤ Nos <b>governos Lula e Dilma</b> criamos o <b>Ministério dos Direitos Humanos</b> e a <b>Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT</b> e desenvolvemos um conjunto de <b>políticas e ações</b>:</p> <p><b>1ª Conferência Nacional</b> de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT;</p> <p><b>Plano Nacional</b> de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT;</p> <p>Programa <b>Brasil Sem Homofobia</b>;</p> <p>Módulo LGBT no <b>disque 100</b> - Disque Direitos Humanos;</p> <p><b>Sistema Nacional</b> de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra <b>LGBT</b>;</p> <p><b>1º Relatório</b> sobre <b>Violência Homofóbica</b>;</p> <p><b>Prevenção</b> e tratamento do <b>HIV/AIDS</b>.</p>	<p>➤ Com o <b>golpe</b> e o <b>governo Temer</b> o <b>Ministério dos Direitos Humanos</b> e o <b>Programa Brasil Sem Homofobia</b> foram <b>extintos</b>. O Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT foi paralisado e houve desabastecimento de medicamentos retrovirais.</p> <p>➤ O <b>governo Bolsonaro</b>, através de fake news e políticas de desinformação <b>promove a violência</b> contra a <b>População LGBTQIA+</b>:</p> <p><b>Revogou</b> a <b>4ª Conferência Nacional LGBTQIA+</b>;</p> <p><b>Fechou o Departamento</b> de Promoção dos Direitos de LGBTQIA+;</p> <p><b>Suspendeu</b> a <b>autorização</b> para os Farmacêuticos prescreverem a <b>profilaxia</b> pré e pós exposição ao HIV (PEP e PREP).</p>
<p>➤ No <b>governo Tarso</b> criamos o <b>Conselho Estadual LGBT</b>, realizamos a <b>2ª Conferência Estadual</b> de Políticas Públicas e Direitos Humanos <b>LGBT</b> e desenvolvemos <b>várias políticas</b>:</p> <p>Criamos o <b>Programa RS Sem Homofobia</b>;</p> <p>Implantamos os <b>registros públicos</b> da carteira com nome social para travestis e transexuais;</p> <p><b>Capacitamos 10 mil servidores</b> públicos sobre o tema da diversidade sexual;</p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite enfraqueceram o Conselho Estadual LGBT</b> e a maioria das <b>políticas e ações</b> foram <b>enfraquecidas ou paralisadas</b>:</p> <p>O <b>Programa RS Sem Homofobia</b> foi <b>extinto</b>;</p> <p>Não oferecimento de <b>logística</b> necessária para a distribuição dos <b>medicamentos retrovirais</b>, centralizando o estoque e dificultando o acesso nas regiões fora do eixo central;</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>Realizamos <b>formação sobre homofobia</b>, diversidade e abordagem policial na Academia de Polícia Civil e Brigada Militar;</p> <p><b>Capacitamos todos os servidores do Presídio Central</b> em parceria com a Secretaria de Segurança Pública;</p> <p>Criamos a <b>ala específica</b> para população LGBT no <b>Presídio Central</b>.</p> <p><b>Dia Estadual de Combate à Homofobia</b> (17 de maio).</p>	<p>As <b>capacitações</b> foram <b>paralisadas</b>.</p>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Lula</b>, aprovamos o <b>Estatuto do Idoso</b>, criamos o <b>Conselho Nacional</b> dos Direitos do Idoso e o <b>Fundo Nacional</b> do Idoso para o financiamento de ações de garantia de direitos da pessoa idosa.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, aprovamos a Lei sobre a criação do <b>Conselho Estadual</b> da Pessoa Idosa, realizamos a <b>V Conferência</b> Estadual do Idoso e criamos a <b>Coordenadoria de Atenção ao Idoso</b>, o <b>Fundo Estadual</b> da Pessoa Idosa e o <b>Centro de Referência do Idoso</b>.</li><li>➤ A partir destas ações, o <b>RS</b> passou a contar com <b>Conselhos Municipais</b> e <b>Fundos Municipais</b> da Pessoa Idosa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos Bolsonaro e Leite</b>, e seus aliados, fizeram a Reforma da Previdência, penalizando as pessoas idosas.</li><li>➤ O <b>governo Bolsonaro</b> <b>inviabilizou</b> o funcionamento do <b>Conselho da Pessoa Idosa</b>, retirando a representação da sociedade civil de atuação reconhecida e a possibilidade de discutir, trabalhar e deliberar sobre assuntos afetos à população idosa.</li></ul>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Dilma</b> Rousseff, construímos o “<b>Plano Viver Sem Limite</b>”, que consolidou um conjunto de políticas e o <b>Estatuto da Pessoa com Deficiência</b> (Lei 13.146/2015).</li><li>➤ No <b>governo Olívio</b>, com base no Decreto 39.678/1999, desenvolvemos uma <b>política pública integrada e integradora em toda a atuação do Estado</b>, o que provocou uma mudança de paradigma, sendo a primeira com esse olhar no Brasil.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, a <b>FADERS</b> - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades - <b>avançou no seu objetivo</b> de propor, articular, coordenar e promover a garantia da implantação de políticas públicas que proporcionem a cidadania das Pessoas com Deficiência (PcD) e das Pessoas com Altas Habilidades (PcAH). Entre as ações, destacamos: Criação do <b>Plano RS Sem Limites</b>; Viabilização de <b>Bicicletas</b> adaptadas para cegos e</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Bolsonaro</b>, a política para Pessoas com Deficiência retrocede 30 anos. Por exemplo, através do Decreto 10.502/2020, <b>propõe segregar alunos</b>, com a criação de <b>escolas específicas para atender Pessoas com Deficiência</b>, pois, conforme o Ministro Milton Ribeiro, “a criança não aprende e atrapalha a aprendizagem das outras”. O Decreto foi suspenso pelo STF.</li><li>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> restringiram as ações, a participação e o protagonismo das Pessoas com Deficiência.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> encaminhou à Assembleia Legislativa o <b>PL 293/2021</b>, que institui a Lei Gaúcha da Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência. O PL 293/2021 foi elaborado <b>sem a participação das Entidades, desrespeitando o lema “nada sobre nós, sem nós”</b> instituído pela Convenção da <b>ONU</b>, em 2006, para inclusão das Pessoas com Deficiência. As entidades reivindicam a</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p><b>cadeiras anfíbias</b> para que cadeirantes pudessem ir ao mar;</p> <p>Inserção de pessoas com deficiência no <b>mercado de trabalho</b>.</p>	<p>retirada do PL 293/2021 e a reapresentação do PL 193/2018, construído com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência.</p>
--	--

### EIXO 4

#### GESTÃO PÚBLICA, FINANÇAS E FUNCIONALISMO

<b>GESTÃO PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<p>➤ Em nossos governos <b>recuperamos</b> as <b>funções públicas de Estado</b>, oferecendo <b>mais e melhores serviços</b> à população, com a criação e reestruturação de Secretarias e Órgãos, nomeações de servidores e criação de várias políticas públicas.</p>	<p>➤ Os <b>governos neoliberais no RS</b>, especialmente Britto, Yeda, Sartori e Leite, <b>reduziram drasticamente as funções públicas de Estado</b>, com privatizações, extinção de Secretarias e Órgãos e diminuição de servidores e serviços públicos.</p>
<p>➤ <b>Criação de Secretarias</b> e órgãos, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, SDR, SDPI/AGDI, Economia Solidária e Apoio às Micro e Pequenas Empresas.</p>	<p>➤ <b>Extinção de Secretarias</b>, como a de Políticas para as Mulheres, SDR, Economia Solidária.</p>
<p>➤ O <b>governo Olívio suspendeu</b> o processo de <b>privatização</b> do <b>Banrisul</b>, previsto pelo governo Britto.</p> <p>➤ <b>Nenhuma privatização</b> (tanto no Governo Tarso quanto no Governo Olívio).</p>	<p>➤ O <b>governo Britto (PMDB) extinguiu estatais</b> (COHAB, CEDIC, CRTUR, Caixa Econômica Estadual e CINTEA), <b>concedeu serviços públicos</b> ao setor privado (Terminais Porto de Rio Grande; Polos rodoviários – pedágios), <b>privatizou a CRT</b> e parte da <b>CEEE, isentou impostos</b> (especialmente para setores metalmeccânico, petroquímico, fumageiro e bebidas) e <b>reduziu drasticamente</b> o número de <b>servidores</b>.</p> <p>➤ O <b>governo Yeda (PSDB) abriu capital e vendeu 42,8% das ações do Banrisul</b> (97% para investidores estrangeiros).</p> <p>➤ O <b>governo Sartori (MDB) abandonou as políticas de desenvolvimento</b> (retomando o neoliberalismo fracassado de Britto e Yeda), aprovou o projeto de <b>concessões</b> (que repassará rodovias à iniciativa privada, sem marco regulatório e por um período de 30 anos), <b>extinguiu 10 Fundações</b> e <b>reduziu drasticamente</b> o número de <b>servidores</b>.</p> <p>➤ O <b>governo Leite (PSDB) retomou o neoliberalismo fracassado de Britto, Yeda e Sartori:</b> Deu continuidade ao processo de extinção das <b>fundações</b>.</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>Privatizou a <b>CEEE-Distribuição</b> (R\$ 100 mil), <b>CEEE-Transmissão</b> (R\$ 2,67 bilhões) e a <b>Sulgas</b> (R\$ 927,8 milhões).</p> <p>Aprovou a privatização da <b>CEEE-Geração</b>, <b>CRM</b> e <b>Corsan</b>.</p> <p>Retirou o plebiscito para privatização do <b>Banrisul</b> e da <b>Procergs</b>.</p> <p>Projeta a extinção da <b>EGR</b>.</p>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Olívio</b>, implantamos o Orçamento Participativo – <b>OP-RS</b>, de maneira inédita.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, fortalecemos a <b>democracia</b> com a criação e ampliação de canais de participação, como o “Conselhão” e o Gabinete Digital.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b> aplicamos <b>R\$ 95,6 milhões/ano</b> na <b>Consulta Popular</b> (liquidados e corrigidos pelo IPCA de 12/2021). Não estão incluídos R\$ 10,2 milhões (valores nominais) executados pela SDR através de financiamentos via FEAPER com recursos do BNDES ProRedes. Além disso, a população elegia prioridades regionais - campo 2.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Governos <b>sem diálogo</b> e <b>sem participação social</b>.</li><li>➤ O <b>governo Sartori</b> (MDB) aplicou <b>apenas R\$ 46,8 milhões/ano</b> na <b>Consulta Popular</b> (liquidados e corrigidos pelo IPCA de 12/2021).</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> (PSDB) aplicou <b>apenas R\$ 27,6 milhões/ano</b> (2019 a 2021) na <b>Consulta Popular</b> (liquidados e corrigidos pelo IPCA de 12/2021). Para <b>2022</b> estão <b>previstos apenas R\$ 30 milhões</b> (R\$ 942,9 mil a R\$ 1,2 milhão por Corede).</li></ul>
<b>GESTÃO FISCAL E ARRECAÇÃO DE ICMS</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Tendo em vista nossa concepção de Estado como um indutor do desenvolvimento e da qualidade de vida, <b>nossos governos enfrentam os gargalos das Finanças mantendo o serviço público e a dignidade dos servidores</b>, colocando o Estado a serviço dos que mais precisam.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Tendo em vista a concepção neoliberal de que o Estado atrapalha, <b>nossos adversários</b>, para terem números “positivos” <b>destroem o serviço público</b>, colocam o <b>Estado a serviço</b> dos que têm mais <b>poder econômico</b>, submetem e colocam o <b>Estado subjogado</b> aos ditames do <b>governo federal</b> e dos <b>poderosos</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b> desenvolvemos uma <b>estratégia de gestão fiscal</b>, com <b>foco na responsabilidade</b> na <b>gestão das contas públicas</b>, com a <b>ação centrada no crescimento da receita</b>, sem aumento de impostos.</li><li>➤ Desenvolvemos uma <b>estratégia de desenvolvimento econômico</b> e investimento para <b>elevação da arrecadação</b>, busca de <b>recursos extraordinários</b> para o investimento e busca de <b>recursos do Orçamento Geral da União</b>.</li><li>➤ Nos <b>governos Olívio</b> e <b>Tarso</b> governamos <b>sem aumentar impostos</b>.</li><li>➤ No <b>governo Tarso Genro</b>, a <b>arrecadação do ICMS</b> aumentou em <b>R\$ 26,5 bilhões</b> em relação ao governo Yeda.</li><li>➤ No <b>governo Tarso</b>, <b>retomamos o Simples Gaúcho</b>, ampliando os benefícios aplicáveis às empresas enquadradas no Simples Nacional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os partidos que governam o Estado <b>são conhecedores e os principais responsáveis pelo desequilíbrio fiscal</b>: <b>Não criaram um sistema de previdência</b> anteriormente; O <b>governo Leite</b> (PSDB) <b>esvaziou o sistema de previdência criado no Governo Tarso</b>, retirando 73% dos servidores contribuintes do Fundoprev e alocando-os no regime financeiro, no qual o Tesouro do Estado dá suporte ao pagamento dos inativos, com o objetivo de se apropriar de R\$ 2,5 bilhões do Fundoprev; O <b>governo Britto</b> (PMDB) assinou um <b>contrato da dívida</b> com a União que compromete as finanças do Estado até hoje; Os <b>governos Sartori</b> e <b>Leite</b> (MDB e PSDB) realizaram a <b>adesão ao Regime de Recuperação Fiscal</b>, que retira autonomia do estado e prejudica a oferta de serviços</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>públicos e o investimento;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ As <b>políticas de ajuste</b>, adotadas por esse projeto político, ao invés de tributar o capital financeiro e as grandes fortunas, <b>visam reduzir gastos sociais</b> e as despesas, elegendo o funcionalismo como seu inimigo;</li><li>➤ O <b>governo Leite (PSDB) não teve iniciativas com relação ao desenvolvimento econômico do Estado</b>: Não socorreu os agricultores na estiagem; Não desenvolveu programas para a manutenção da atividade econômica na pandemia. Quando ofertou políticas, como um auxílio emergencial restrito a públicos específicos, no auge da Covid-19, e não as executou.</li><li>➤ Os <b>governos Sartori e Leite (MDB e PSDB) aumentaram impostos</b>, restringiram acesso à fruição de benefícios fiscais às cadeias de alimentos (na indústria, um dos setores que mais empregam), o governo Leite retirou benefícios do Simples Gaúcho aos pequenos empresários, contribuindo para que a economia gaúcha passasse pela crise sanitária sem nenhum apoio estatal.</li></ul>
--	---

### APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS SOCIAIS

<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Nossos governos ampliam</b> a aplicação de recursos nas áreas sociais, especialmente em Saúde e Educação: No <b>governo Tarso ampliamos a aplicação de recursos na educação</b>, passando de 27,7% da Receita Líquida de Impostos e Transferências em 2010 para 32,8% em 2014, o que possibilitou a valorização dos servidores e a qualificação da educação. No <b>governo Tarso ampliamos a aplicação de recursos na saúde</b>, passando de <b>7,92%</b> em 2010 para <b>12,73%</b> em 2014.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos neoliberais</b>, comprometidos com o corte de gastos e a redução dos serviços públicos, <b>reduzem a aplicação de recursos nas áreas sociais</b>: Na <b>educação</b>, o <b>governo Sartori (MDB) reduziu a aplicação de recursos</b>, passando de 32,8% em 2014 para 26,7% em 2018; o <b>governo Leite (PSDB) aplicou apenas 25,8%</b> em 2021, o menor percentual histórico na área, apenas pouco acima do limite mínimo definido pela Constituição Federal. Na <b>saúde</b>, mesmo com a maior pandemia do último século, não tivemos nenhum avanço. Além de aplicar o mínimo de 12,19% em 2021, o <b>governo Leite (PSDB) não avançou no atendimento da Lei Complementar 141/2012</b>, que retirou gastos como o IPE Saúde e inativos do cômputo das despesas com Saúde, o que na prática significou uma aplicação menor do que a devida em R\$ 1,1 bilhão.</li></ul>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<b>DÍVIDA PÚBLICA e RRF</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
Nos governos <b>Lula e Dilma</b> a <b>Dívida</b> Líquida do Setor Público <b>caiu pela metade</b> . Representava 59,9% do PIB em dez./2002 e passou para 32,6% em dez./2014.	Com o golpe, a <b>Dívida</b> Líquida do Setor Público <b>quase dobra</b> , passando de 32,6% do PIB em dez./2014 para 57,9% em abril/2022. Os chamados <b>ajustes fiscais só agravam a crise, fragilizam a economia e as finanças públicas e aumentam</b> ainda mais as <b>desigualdades sociais e regionais</b> .
No governo <b>Tarso Genro</b> , a <b>dívida</b> do RS com o governo Federal foi <b>renegociada</b> , com redução dos juros de 6% para 4% ao ano e alteração do indexador, resultando numa <b>redução de R\$ 22 bilhões no estoque da dívida ao longo do contrato</b> .	O <b>governo Leite ficou 3 anos sem pagar a dívida com a União por conta de uma liminar do STF. No último ano de sua gestão comprometeu o estado com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal</b> , um Regime que <b>liquida com o futuro do Rio Grande</b> , pois em contrapartida pelo não pagamento da dívida com a União o governo vendeu empresas públicas cujos serviços são essenciais à vida do povo (CEEE, Sulgás e CRM), se compromete ao congelamento real dos salários por até 9 anos, sem possibilidade de contratação de novos servidores ou de criação de serviços públicos que atendam à população que mais precisa a não ser que o governo federal permita. O RRF significa a intervenção direta do governo federal na gestão do Estado. Nada do que o estado possa fazer será realizado sem passar pelo Comitê de Supervisão do RRF, composto por 2 representantes da União e 1 do Estado.
<b>FUNCIONALISMO PÚBLICO</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
➤ <b>Nossos governos fortalecem as políticas públicas de Estado e valorizam os servidores públicos</b> , com democratização das relações de trabalho, realização de concursos e nomeações e implantação de uma política salarial de enfrentamento aos enormes abismos existentes no funcionalismo.	➤ Coerentes com a visão de que o Estado é um empecilho ao desenvolvimento, os governos deles <b>reduzem as funções públicas de Estado, precarizam e paralisam políticas públicas e elegem os servidores como os responsáveis pela crise</b> financeira do Estado. Foi assim nos governos FHC, Britto, Rigotto, Yeda e Sartori. Agora, é assim nos governos Bolsonaro e Leite. ➤ As gestões são marcadas pelo <b>conflito permanente com os servidores</b> públicos, com desvalorização do trabalho, arrocho salarial, não realização de concursos públicos e precarização dos serviços que deveriam ser prestados à população.
➤ Nos governos <b>Olívio e Tarso</b> realizamos <b>vários concursos</b> públicos para repor servidores e qualificar os serviços públicos. Entre os concursos realizados no <b>governo Tarso</b> , destacamos: Educação (Magistério e Servidores de	➤ Os <b>governos neoliberais no RS reduziram drasticamente os serviços públicos e o número de servidores ativos</b> :



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<p>Escola); Segurança (Brigada Militar, Polícia Civil, Susepe e IGP); Saúde; Agricultura; UERGS; FGTAS; Fundação de Proteção Especial; IPERGS.</p> <p>➤ Nos governos <b>Olívio e Tarso Genro</b> o número de <b>servidores ativos aumentou</b> (13.727 no governo Olívio e 826 no governo Tarso Genro), com a realização de vários concursos para reposição de servidores aposentados ou para áreas extremamente necessárias. Com isso, <b>mais e melhores serviços foram prestados à população.</b></p>	<p>O <b>governo Britto</b> (PMDB) <b>reduziu 19.303 servidores</b> da Administração Direta e <b>27.782 da Indireta.</b></p> <p>O <b>governo Yeda</b> (PSDB) <b>reduziu 13.012 Servidores</b> da Administração Direta.</p> <p><b>Os governos Sartori e Leite</b> (PMDB e PSDB) <b>reduziram 29.841 Servidores</b> da Administração Direta (de 12/2014 a 06/2022), dos quais, <b>25.483 na Educação, 1.736 na Segurança e 1.580 na Saúde.</b></p>
<p>➤ O <b>governo Olívio</b>, <b>reduziu a diferença</b> entre a maior e a menor remuneração de 140 para 84 vezes.</p> <p>➤ O <b>governo Tarso</b>, <b>concedeu reajustes diferenciados, beneficiando os servidores de menor remuneração</b>, com reajustes muito acima da inflação:</p> <p><b>Quadro Geral</b> 100% (mais alteração na Carreira). <b>Técnicos Científicos</b> 81,2%. <b>Magistério e Funcionários de Escola</b> 76,7%. <b>Brigada Militar:</b> um soldado de 1ª Classe teve um reajuste de 104,5%, enquanto um coronel teve 33,8%. <b>Polícia Civil:</b> Inspetores, comissários e investigadores receberam reajustes de 53,8% a 184,1%, enquanto um Delegado de 1ª Classe teve 39%. <b>Susepe:</b> os servidores receberam reajustes que variaram de 82,6% a 214,1%. <b>IGP:</b> os servidores tiveram um reajuste médio de 73,9%.</p>	<p>➤ Os <b>governos Sartori e Leite</b> (MDB e PSDB) os <b>servidores passaram mais de sete anos sem reajuste.</b></p> <p>➤ No <b>governo Leite</b> a maioria das categorias <b>teve uma reposição</b> de apenas <b>6%</b> a título de Revisão Geral, diante de uma <b>inflação de 59,5%</b> (INPC de 01/2015 a 05/2022).</p> <p>➤ No <b>governo Leite</b> a <b>reposição</b> para o <b>Magistério</b> foi de 32% no subsídio (o que representou apenas 10,8% na Folha) e reposição de 6% da Revisão Geral, <b>totalizando 17,4%</b>, diante de uma <b>inflação de 59,5%</b> (INPC de 01/2015 a 05/2022).</p> <p>➤ No <b>governo Leite</b> os <b>Servidores de Escola</b> tiveram uma <b>reposição</b> de apenas <b>6%</b>. Com isso, na <b>Folha de Fevereiro</b> (SEFAZ - Portal BI/Cubos-RHE), <b>14.373 servidores</b> receberam completo para chegar ao Salário Mínimo Regional, dos quais <b>11.769 Servidores de Escola</b>. Entre os Servidores de Escola Ativos, 54,2% recebeu completo, em valor médio de R\$ 574,00.</p> <p>➤ Os <b>Servidores da Segurança</b> estavam <b>sem reajuste</b> desde novembro de 2018. Em 2022 tiveram uma recomposição de 6% referente à Revisão Geral, diante de uma inflação de 27,6% no período (INPC 12/2018 a 05/2022).</p> <p>➤ Na <b>segurança</b>, o <b>governo Leite acabou com a verticalidade</b>. Com isso, o básico de um <b>Soldado Segunda Classe</b>, que <b>equivale a 23,1%</b> do Salário de um Coronel, <b>agora</b> o subsídio de um Soldado Nível 3 equivale a apenas <b>16,8%</b> do subsídio de um Coronel.</p>
<p>➤ <b>Alteração nas carreiras, beneficiando os servidores de menor remuneração.</b></p>	<p>➤ No <b>governo Leite</b> a <b>alteração nas Carreiras e na Previdência prejudicou justamente os servidores de menor remuneração</b>, a exemplo do Magistério, Servidores de Escola, Quadro-Geral e Soldados da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros. Somente com estas alterações, o Governo previu uma economia de <b>R\$ 5,7 bilhões até o final de 2022</b>, tendo em vista a retirada de direitos e a cobrança</p>





## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

	<p>dos Inativos e Pensionistas que ganham até o teto do INSS, o que <b>atingiu 140 mil segurados com baixa remuneração e representou uma expressiva redução de proventos.</b></p>
<p>➤ Sem aumentar impostos, os <b>salários e o Décimo Terceiro</b> foram <b>pagos rigorosamente em dia</b>, tanto no governo Olívio quanto no governo Tarso.</p>	<p>➤ Os <b>governos neoliberais atrasam e parcelam salários e Décimo Terceiro:</b></p> <p>O <b>Governo Britto (PMDB)</b> estabeleceu duas datas de pagamento: quem recebia até R\$ 900,00 pagamento no último dia útil do mês; os demais pagamentos no dia 15 ou 20 do mês seguinte. Em 1995 o 13º foi pago em duas parcelas, em janeiro e em fevereiro de 1996.</p> <p>O <b>governo Rigotto (PMDB)</b> atrasou o salário de fevereiro de 2004 e em todo governo os servidores tiveram que optar entre o pagamento do 13º através de empréstimos junto ao Banrisul ou de parcelamento em cinco meses a contar de maio do ano seguinte.</p> <p>O <b>governo Yeda (PSDB)</b> parcelou o pagamento do funcionalismo por 11 meses (03/2007 a 02/2008). Não atrasou o 13º, pois contou com os recursos da venda de ações do Banrisul, desde 2007.</p> <p>Nos <b>governos Sartori (MDB) e Leite (PSDB)</b> foram <b>59 meses de salários parcelados</b> e por vários anos os servidores tiveram que optar entre o pagamento do 13º através de empréstimos junto ao Banrisul ou de parcelamento.</p>
<b>SAÚDE DOS SERVIDORES - IPE SAÚDE</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<p>➤ No <b>governo Tarso</b> foi desenvolvido o <b>Programa de Valorização e Atenção à Saúde Física e Mental dos Servidores.</b></p> <p>➤ Tendo em vista os reajustes para o funcionalismo, o <b>IPE Saúde</b> viveu um período de <b>estabilidade financeira.</b></p> <p>➤ Os <b>valores pagos ao IPE Saúde</b> representaram o equivalente a 47,4 meses do valor liquidado, ou seja, <b>o valor não pago representou pouco mais de meio mês.</b></p>	<p>➤ No <b>governo Sartori</b> os <b>valores pagos ao IPE Saúde</b> representaram o equivalente a apenas 44,2 meses sobre o valor liquidado, ou seja, <b>o valor não pago representou quase 4 meses.</b></p> <p>➤ Com os <b>governos Sartori e Leite</b>, tendo em vista o não reajuste aos servidores por mais de 7 anos, o <b>IPE Saúde vive hoje sua pior crise</b>, impactando o Sistema de Saúde e a vida de um milhão de segurados: em 2020 o Plano Principal teve um déficit de R\$ 304,9 milhões; hospitais ameaçam rescindir os contratos; fechamento de unidades no interior; a precarização chega a níveis alarmantes.</p>



## Coordenadoria Bancada PT/RS

Assessoria Técnica

<b>PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES RS</b>	
<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Tarso Genro</b> implementou uma <b>reforma previdenciária</b>, que, em médio prazo, resolveria o problema do déficit, com a <b>criação</b> do <b>Regime Próprio</b> e do <b>FUNDOPREV</b> (Fundo Previdenciário) para servidores que ingressaram a partir de metade de 2011.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os <b>governos deles não criaram</b> um sistema de <b>previdência</b>. Portanto, são os principais responsáveis pela insuficiência de arrecadação (chamada equivocadamente de déficit previdenciário).</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> aprovou a <b>LC 15.511/2020</b> para <b>se apropriar de R\$ 2,5 bilhões do FUNDOPREV</b>. Foram retirados 74,9% dos segurados do FUNDOPREV (16.964 de um total de 22.647) e transferidos ao Regime Financeiro, <b>comprometendo</b> ainda mais a questão previdenciária para o <b>futuro</b>.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Nenhum direito retirado</b>, inclusive, garantido aposentadorias especiais, como a dos Policiais Civis e Servidores do IGP.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Leite</b> fez a chamada <b>Reforma da Previdência</b>, aplicando aqui as <b>regras da Reforma de Bolsonaro</b>: <b>Acabou com a aposentadoria por tempo de contribuição</b> e estabeleceu a aposentadoria por idade: 65 anos, se homem, e 62, se mulher (5 anos a menos para o magistério). <b>Proventos de aposentadoria calculados sobre a média dos salários de contribuição</b>, correspondente a <b>100% do período contributivo</b>. O <b>valor do benefício</b> corresponderá a <b>60% da média aritmética</b>, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição. <b>Para a pensão por morte</b>, cota de 60%, mais 10% a cada dependente adicional.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Tarso</b> fez alteração da <b>alíquota de contribuição</b> de 11% para <b>13,25%</b> (a Lei aprovada, considerada inconstitucional, estabelecia uma alíquota diferenciada, iniciando com 11% e chegando a 14%).</li><li>➤ Manutenção da <b>isenção de cobrança de inativos e pensionistas até o teto do INSS</b> (assim como no INSS, no qual aposentados e pensionistas não pagam contribuição).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O <b>governo Sartori</b> alterou a <b>alíquota de contribuição</b> de 13,25% para <b>14%</b>.</li><li>➤ O <b>governo Leite</b> aplicou a <b>contribuição progressiva</b>, de <b>7,5% a 22%</b>, incidindo sobre os <b>inativos e pensionistas</b> para parcelas acima de um salário mínimo. Eram em torno de <b>140 mil aposentados e pensionistas</b> que recebiam entre um salário mínimo e o teto do INSS, que <b>não pagavam e passaram a pagar</b>, representando uma expressiva redução de proventos.</li></ul>



E-mail: [bancadaptsul@gmail.com](mailto:bancadaptsul@gmail.com)  
[www.facebook.com.br/ptsul](http://www.facebook.com.br/ptsul)  
Instagram: ptsul | Twitter: @ptsul



Edegar  
Pretto



Fernando  
Marroni



Jeferson  
Fernandes



Luiz F.  
Mainardi



Pepe  
Vargas



Stela  
Farias



Sofia  
Cavedon



Zé  
Nunes



Valdeci  
Oliveira